

latindex

MEDITATIO

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS

ISSN: 2359-3318



Centro Universitário
Vale do Iguaçu

2º SEMESTRE DE 2021. ANO 8, VOLUME 2

MEDITATIO

Revista de Ciências Sociais e Aplicadas

URL: <http://book.uniguacu.edu.br/index.php/Meditatio>

EXPEDIENTE

CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO IGUAÇU – UNIGUAÇU

Rua Padre Saporiti, 717 – Bairro Rio D´Areia

União da Vitória – Paraná

CEP. 84.600-000

Tel.: (42) 3522 6192

CATALOGAÇÃO

ISSN: 2359-3318

LATINDEX

Folio: 25163

Folio Único: 22168

CAPA

Luan Roberto Ossak

Marília Gabriela Stasiak França

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA REVISTA

Editor-chefe:

Prof. Dr. João Vitor Passuello Smaniotto (UNIGUAÇU)

Coeditora:

Prof. Francieli Dayane Iwanczuk (UNIGUAÇU)

Conselho Editorial:

Prof. Me. Cainã Domit Vieira (UNIGUAÇU)

Prof. Dra. Marilucia Flenik (UNIGUAÇU)

Prof. Me. Jonas Elias de Oliveira (UNIGUAÇU)

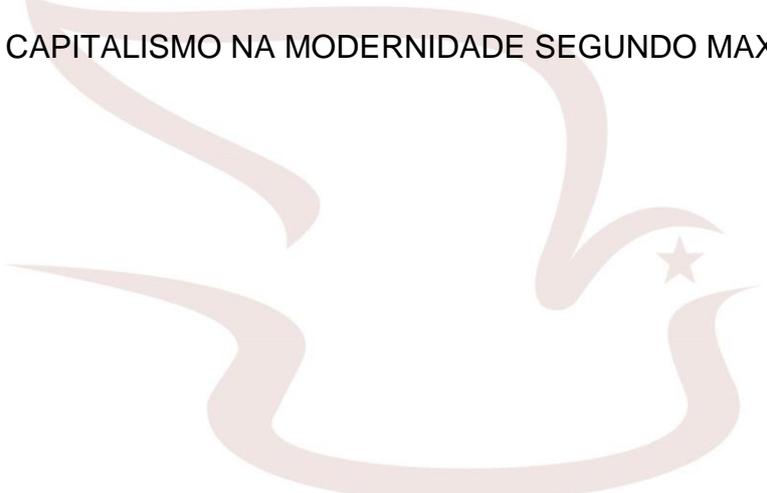
Prof. Me. Hilton Tomal (UNIGUAÇU)

Prof. Dra. Tatiani Maria Garcia de Almeida (UCP)

Prof. Me. Fabiano da Silva Yoiti Kanadani (UNIVALE)

SUMÁRIO

A LUTA DAS MULHERES NEGRAS PELA SOBREVIVÊNCIA E AS BARREIRAS CRIADAS EM TEMPOS DE CRISES SANITÁRIAS NO BRASIL	4
A TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE APLICADA PELOS TRIBUNAIS BRASILEIROS NOS CASOS DE RESPONSABILIDADE CIVIL DO ADVOGADO ...	19
BULLYING: COMPORTAMENTO AGRESSIVO NAS ESCOLAS	33
GASTRONOMIA E CULINÁRIA: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO MUNICÍPIO DE BITURUNA -PR	45
PUBLICAR OU PERECER: UMA RODA DA FORTUNA	58
RELIGIÃO E CAPITALISMO NA MODERNIDADE SEGUNDO MAX WEBER	73



Uniguacu
Centro Universitário

A LUTA DAS MULHERES NEGRAS PELA SOBREVIVÊNCIA E AS BARREIRAS CRIADAS EM TEMPOS DE CRISES SANITÁRIAS NO BRASIL

Dayane Cristina Narciso¹

Juliana Bianchini²

Gabriela Cristina Covalchuk³

RESUMO: O estudo discute a intensificação da violação da vida da mulher negra, especialmente durante crises sanitárias, como a tríplice epidemia (Zika, Dengue e Chikungunya), e a pandemia do Covid-19, evidenciando que a estrutura colonialista presente na sociedade brasileira as coloca em condição precária, dificultando a efetivação de direitos fundamentais. Para tanto, abordou-se a manutenção da lógica de desvalorização das vidas negras, em razão da herança escravista do Brasil, passando à análise das violações do direito à saúde durante a tríplice epidemia, bem como a manutenção da lógica de hipervulnerabilidade das negras no cenário da pandemia de Covid-19. Por fim, indica a falta de atuação e responsabilização do Estado em relação às negras, especialmente em momentos de crises sanitárias, considerando os deveres impostos pela Constituição Republicana de 1988. O trabalho foi produzido utilizando método indutivo, contemplando revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Mulheres negras. Feminismo. Colonialismo. Crise sanitária. Direitos Fundamentais.

ABSTRACT: The study discusses the intensification of the violation of the lives of black women, especially during health crises, such as the triple epidemic (Zika, Dengue and Chikungunya), and the Covid-19 pandemic, showing that the colonialist structure present in Brazilian society puts them in a precarious condition, hindering the realization of fundamental rights. To do so, the maintenance of the logic of devaluation of black lives, due to the slavery heritage in Brazil, is approached, passing to the analysis of the violations of the right to health during the triple epidemic, as well as the maintenance of the logic of hypervulnerability of black women in the scenario of the Covid-19 pandemic. Finally, it indicates the lack of action and accountability of the state in relation to black women, especially in times of health crises, considering the duties imposed by the Republican Constitution of 1988. The work was produced using the inductive method, contemplating bibliographic review.

Key words: Black women. Feminism. Colonialism. Health crisis. Fundamental Rights.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Entre 2015 a 2016, com a postura negligente do Estado em relação a assistência à saúde, diversas áreas foram afetadas pela chamada tríplice epidemia

¹ Acadêmica do 2º período do curso de Direito no Centro Universitário Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU). Integrante do Grupo de Pesquisa e Extensão em Feminismos e Teorias de Gênero (UNIGUAÇU). Contato: dayanenarciso@outlook.com.

² Mestra em Direitos Fundamentais e Democracia pelo Centro Universitário Autônomo do Brasil (UNIBRASIL). Especialista em Teoria Crítica dos Direitos Humanos pela Univesidad Pablo de Olavide (UPO). Bacharela em Direito pelo Centro Universitário Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU). Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU), onde também Coordena o Grupo de Pesquisa e Extensão em Feminismos e Teorias de Gênero. Assessora Jurídica no Ministério Público do Estado do Paraná. Contato: bianchinijg@gmail.com.

³ Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Especialista em Teoria Crítica dos Direitos Humanos pela Univesidad Pablo de Olavide (UPO). Bacharela em Direito pelo Centro Universitário Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU). Integrante do Grupo de Pesquisa e Extensão em Feminismos e Teorias de Gênero (UNIGUAÇU). Advogada. Contato: gabrielacovalchuk@hotmail.com.

dos vírus zika, dengue e chikungunya, causada pela picada do inseto *aedes argypt* (FIOCRUZ, 2021). As mulheres menos abastadas foram afetadas de maneira mais severa, o que se deve especialmente à ausência saneamento básico, fornecimento de água potável, ações preventivas contra a disseminação dos vírus, e a ausência de informações de fácil compreensão sobre as doenças e como manter a própria saúde e de familiares.

Em 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS), decretou pandemia, em razão da disseminação do vírus SARS-CoV-2, que causa a doença Covid-19 (UNASUS, 2020), fazendo com que o Brasil entrasse em uma profunda crise humanitária e sanitária, presente até o momento, e que possui efeitos graves em constante crescimento. Nesse momento, as negras e pobres seguem sendo as mais vulneráveis, pois a política seletiva e excludente, ainda adotada pelo país, as coloca em risco em detrimento dos interesses do capital: os dados afetos às contaminações e mortes geradas pela infecção do vírus apontam que as negras têm maior mortalidade por Covid-19 que qualquer outro grupo na base do mercado de trabalho (JORNAL DA USP, 2021).

Com isso, tem-se que as crises sanitárias evidenciam o racismo e machismo estrutural existente na sociedade brasileira, muitas vezes ignorado ou mascarado, a fim de que os dados não revelam a manutenção de lógicas colonialistas. Diante desta problemática, a pesquisa tem como objetivo demonstrar como as mulheres negras e pobres são definidas, segundo o ideal da supremacia do homem branco, e a desigualdade que tal definição gera em suas vidas. Além disso, discute questões relacionadas ao direito à saúde e a postura do Estado brasileiro em crises sanitárias, destacando o dever em estabelecer medidas que garantam a proteção e o apoio efetivo às pessoas em situação de hipervulnerabilidade.

2 A MANUTENÇÃO DAS CORRENTES (IN)VISÍVEIS DA ESCRAVIDÃO

As mulheres buscam em suas raízes elementos que as definam de maneira genuína, e que as guiem na luta pela destruição da estrutura colonialista, especialmente as negras, que enfrentam obstáculos ainda mais severos: além da luta contra a opressão de gênero, encaram o racismo. Desse modo, as desigualdades de gênero, raça e classe, presentes na sociedade brasileira desde a formação social,

dificultam a efetivação de direitos fundamentais, especialmente de mulheres negras, grupo que possui vulnerabilidade social 50% maior que a população em geral (TINOCO, 2019). Com isso, o acesso à saúde de qualidade, à moradia digna, à segurança alimentar e à empregos que não as coloquem em risco de vida é, sobremaneira, mais dificultado.

As principais iniquidades que acometem as mulheres negras passaram a ser obrigação estatal a partir da Constituição Republicana de 1988, que se tornou um marco para o processo civilizatório do país. No entanto, a história da jovem redemocratização brasileira não revela ações contundentes de enfrentamento sério das estruturas racistas, patriarcais e machistas que, de forma interseccional, formam uma superestrutura de opressão. Foi especialmente nos governos dos Presidentes Luis Inácio Lula da Silva (2003-2011), e de Dilma Rousseff (2011-2016), que diversas oportunidades e condições básicas foram criadas com a finalidade de promover, ações que se atenham às especificidades da mulher, assim como aprimorar o atendimento à saúde e a outros serviços públicos. Em contrapartida aos avanços, em 2014 o Brasil entrou em um profundo retrocesso econômico e social, e ainda hoje é possível perceber os reflexos e o aprofundamento dessa crise que tanto prejudica os brasileiros. Nesse contexto, a política de austeridade, que se configura como excludente, ascendeu, e a rede de apoio que se passou a construir, especialmente para compreensão da hipervulnerabilidade das mulheres negras, passou a ser desestruturada.

A história das mulheres negras reverbera a luta pela destruição do colonialismo e da imagem que as associa ao comportamento submisso. A crença de que são destinadas a cumprir o papel de serviçal, agradecida e fiel, e que devem, acima de tudo, suprir as necessidades egoístas da elite, elucida a violação da vida e a opressão que vem sendo perpetuada mesmo após a libertação dos escravos, mantendo as lógicas colonialistas implementadas há séculos (LUCIANO, 2021). Sem políticas que atendessem às suas especificidades e que as incluísse na sociedade após a abolição formal da escravidão – considerando que a lógica escravista se perpetuou por muito tempo –, encontraram outras formas de sobrevivência na sociedade brasileira do capitalismo tardio, realizando tarefas domésticas nas casas das mulheres brancas, trabalham em mercados, ocupações vistas como humilhantes e desprestigiadas (BIANCHINI; SANTANO, 2021).

Em consequência do padrão de vida estabelecido para a mulher negra, sua posição social pouco se alterou, mantendo-a em situações de vulnerabilidade e exploração. Continuam morando em periferias, são acompanhadas pela condição de extrema pobreza e dependem de serviços públicos, como o de saúde, sendo, assim, mantidas no quarto de despejo⁴ (BIANCHINI; SANTANO, 2021). É como se a escravidão, em certa medida, permanecesse, ao acorrentar o destino, a vida e a dignidade de negros e negras às opressões estabelecidas há quinhentos anos em solo brasileiro.

Angela Davis (2019), ao tratar da opressão vivenciada pelas mulheres negras, indica que a luta do feminismo negro ainda está longe de ser encerrada, pois a dignidade humana é negada a pretexto de reafirmar a supremacia branca e assim impedir os avanços dessas sobreviventes. A denúncia da desigualdade tanto na teoria, quanto na luta do movimento feminista negro, que defende a extinção da estrutura racista, sexista, e que desvaloriza a força de trabalho feminina. O pensamento de Davis sobre as mulheres no século XIX teve grande repercussão no século XX, e ainda gera debates nos tempos contemporâneos, influenciando não apenas as lutas estadunidenses, como também no sul global, como o Brasil.

Para que ocorra a transformação da realidade, é necessário que esse grupo esteja consciente sobre as desigualdades e injustiças vivenciadas e, além de as negras buscarem em si como realmente desejam ser definidas: fortes, corajosas e trabalhadoras (AZEREDO *et. al.*, 2019).

O caminho que deve ser percorrido para alcançar uma realidade mais justa para as negras é longo e exige a desconstrução da sociedade colonialista. Cabe ressaltar que é dever do Estado responsabilizar-se pelos mecanismos que atuam na amenização das desigualdades, que asseguram a saúde e o mínimo necessário para sobrevivência, conforme preceitua o artigo 3º, da Constituição Republicana.

⁴ Quarto de despejo é uma referência utilizada pela autora Maria Carolina de Jesus em sua obra, indicando todas as crueldades vivenciadas pelos moradores extremamente pobres da periferia. Além disso, relata que quando se está na favela, tem-se a impressão de que é um objeto fora de uso e, por conta disso, é abandonada no quarto de despejo da cidade.

3 AS PROMESSAS DE UMA SOCIEDADE JUSTA: DISPOSIÇÕES DA CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA DE 1988

Os conflitos decorrentes das desigualdades de gênero, raça e classe são previstos na Constituição Republicana de 1988, ao prever a necessidade de políticas públicas relativas ao direito à cidadania e à vida das mulheres, enfrentamento a toda forma de discriminação, indicando com relevo a luta pela superação do preconceito de origem, raça e cor. De forma sistemática, possui um rol de direitos e garantias fundamentais, dentre os quais, os direitos sociais, como saúde, educação, alimentação, trabalho e moradia (BRASIL, 1988). Sendo assim, o papel do Estado frente a questões de saúde pública, por exemplo, passou a ser mais requerido e de inegável importância (FAGNANI, 2018).

Dentre os direitos sociais previstos na Carta, merece destaque o direito à saúde, considerando a existência de tratativa própria, indicando em seu artigo 196 que a saúde “direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços” (BRASIL, 1988).

Uma das maiores necessidades das classes vulnerabilizadas é o acesso a assistência à saúde, especialmente de qualidade. O artigo 196 da Constituição integrou a saúde como um direito de todos e dever do Estado, e a partir disso, através da Lei nº 8.080/1990, instituiu-se o Sistema Único de Saúde (SUS), responsável por dar assistência, proteção e possibilitar a plena recuperação, com a realização de atividades preventivas (BRASIL, 1990). Essa conquista contribuiu grandemente para que as mulheres possam realizar exames de rotina, como atendimentos e exames ginecológicos, métodos contraceptivos, e acompanhamento pré-natal em caso de gestação, até procedimentos mais complexos, como os transplantes de órgãos.

Considerando a relevância das políticas públicas e da efetivação dos direitos à cidadania, os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e de Dilma Rousseff (2011-2016), recebem destaque pelas oportunidades e condições básicas concedidas a toda população, e pela existência de políticas públicas específicas voltadas aos mais vulneráveis. Reconhecendo que a igualdade entre os gêneros é imprescindível para o país, diversas políticas foram criadas com o intuito de compreender, cautelosamente, a mulher na sociedade e a necessidade de atendimento em postos

de saúde com atenção às suas demandas específicas, assim como para todas as dificuldades enfrentadas diariamente (TEIXEIRA, 2018). Entre 2003 a 2006, houve a criação da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, que alinhando-se aos Ministérios e Secretarias de Estado, visava atender as especificidades destas dentro das políticas públicas. Dessa forma, as necessidades eram atendidas de maneira mais eficiente pela Seguridade Social, garantindo mais oportunidades de vida (BRASIL, 2011).

Ainda, em março de 2003, houve a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), promovendo o reconhecimento de toda luta vivenciada por negros e negras, e da essencialidade de atuação do Estado na defesa de seus direitos (TEIXEIRA, 2018).

Em razão de diversos fatores econômicos e políticos, no final de 2014 o Brasil entrou em um profundo retrocesso econômico e social, que dura até os dias de hoje. Contrastando todos os avanços indicados anteriormente, em 2015 o país foi dominado pela prática de uma política de austeridade: um conjunto de políticas que limitam a atividade estatal e os gastos públicos, ignorando os deveres apregoados na Constituição de 1988, sobretudo com as minorias vulnerabilizadas. Rapidamente, essa política mostrou ser excludente e seletiva, levando a perceber que os reflexos que causaria nos serviços públicos, principalmente no SUS, penalizaria as mulheres negras e pobres, as mais dependentes dos serviços públicos (TEIXEIRA, 2018).

O caminho iniciado pela defesa dos direitos das negras foi interrompido, e a estrutura que lhes garantia apoio está em processo constante de dismantelamento, evidenciando a objetificação delas e a condenação, especialmente no caso das mulheres negras, ao papel de serviçal que continua a ser mantido. No contexto atual, negam o direito à vida e à saúde, selecionando de maneira clara qual classe deve ser deixada a própria sorte para sobreviver em face das adversidades que estão presentes.

Com isso, os objetivos da República se esvaem cotidianamente, além de também perder força aos mandamentos relacionados à obrigação de prestação de serviços públicos, especialmente de assistência à saúde. Está em curso um processo de esquecimento, destruição e morte, que revela que a sociedade brasileira está longe de ser livre, justa e igualitária, e tais diretrizes são delineadas de forma severa em tempos de crises sanitárias.

4 A VIOLAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE DURANTE A TRÍPLICE EPIDEMIA: ZICA, DENGUE E CHIKUNGUNYA

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), o termo saúde significa “um estado de completo bem-estar físico, mental e social” (QUERIDO *et. al.*, 2021). A fim de que as mulheres negras tenham real acesso ao direito à saúde, inúmeras mudanças devem ocorrer, apesar deste direito já estar formalmente previsto na Constituição. Enquanto estas mudanças não ocorrem, em meio a luta contra um processo de retrocesso social, as mulheres negras não têm seu direito à saúde efetivado, agravando o grau de hipervulnerabilidade que se encontram.

No mesmo ano em que a política de austeridade ascendeu no país, diversas regiões foram afetadas pela tríplice epidemia (Zika, Dengue e Chikungunya). Com os contornos dramáticos assumidos pelo país, o SUS foi impossibilitado de cumprir de maneira efetiva com os seus pressupostos constitucionais, causando pânico na população mais afetada (CARREIRA, 2018).

O cenário que se formava foi ficando a cada dia mais alarmante. A mídia nacional e internacional considerou a circunstância como uma tragédia humanitária, por conta do nascimento de inúmeros bebês com características diferentes. Em um primeiro momento, sem a certeza do que estava causando problemas como a microcefalia e outras malformações nos recém-nascidos, o governo adotou a regulação reprodutiva como uma medida preventiva, incentivando as mulheres a engravidarem somente em um momento mais oportuno (CARREIRA, 2018).

Diversas hipóteses surgiram para a ocorrência, e foram divulgadas irresponsavelmente nas redes sociais. Por fim, foi detectado que virose, juntamente com exantema (manchas e erupções cutâneas), era algo em comum durante a gestação de vários bebês que apresentaram algum problema de saúde, e comprovou-se a associação do vírus Zika com os casos de microcefalia, causando a doença de Síndrome Congênita do Zika (SCZ). A enfermidade pode gerar diversas complicações na formação do recém-nascido e, por conta disso, o Ministério da Saúde deveria ter agido imediatamente para conceder total apoio às mães das crianças, o que não ocorreu (CARREIRA, 2018).

Carreira (2018) afirma que as mulheres mais afetadas pela epidemia estão inseridas em uma estrutura de múltiplas discriminações que as sujeita a diversas doenças. Além de sentirem-se responsabilizadas pela condição de saúde dos filhos,

possuem a vida completamente impactada e os seus direitos violados pelos erros do Estado: a inexistência de saneamento básico e água potável em diversas áreas, falta de ações preventivas no combate aos vetores e a ausência de informações de fácil compreensão sobre saúde nas áreas mais afetadas e para a população em geral.

De acordo com Diniz (2016), as negras foram as mais afetadas pela tríplice epidemia, com destaque para as nordestinas, em razão de viverem em condições sanitárias precárias, sem acesso regular à água potável, além de não saberem como a infecção pelo vírus zika afeta a gestação e sua própria saúde.

Estudos realizados por movimentos sociais e pesquisadores indicaram que os problemas evidenciados pela tríplice epidemia já existiam períodos anteriores, visto que a população das classes mais baixa estava exposta à dengue há mais de trinta anos, e, pouco tempo antes da epidemia, a outras arboviroses. Desse modo, mesmo com os avanços que haviam sido alcançados na área da saúde, o país ainda estava em uma situação complicada quanto à qualidade da prestação de serviços pelo SUS, notadamente para as mulheres socialmente vulnerabilizadas. Situação essa que, com o advento da política de austeridade, transformou-se em uma completa negligência e uma ofensa ao direito à saúde e à dignidade da pessoa humana (CARREIRA, 2018).

As mulheres mais afetadas denunciaram a responsabilização que foi jogada para os seus braços, por conta da desatenção do Estado, da desestruturação do SUS ou até mesmo pela inexistência de uma política social que realmente as acolhesse como humanas, pois embora o Estado promova há décadas ações de controle a arboviroses, o resultado nunca foi suficiente. Além disso, investiu-se em peso para que a própria população aprendesse a combater os criadouros do mosquito. Entretanto, o Estado nunca assumiu o compromisso de conceder a toda sociedade saneamento básico e água potável, criando a sensação de que o único culpado pelo adoecimento dessa população é o mosquito *aedes aegypti*. Com isso, naturalizou-se a crise sanitária e toda a condição de miséria e de discriminações de gênero, raça e classe enfrentada pelas mulheres negras e pobres (CARREIRA, 2018).

Para além de todas as dificuldades enfrentadas pelas mães durante a gestação, ainda é estritamente necessário o atendimento pelo SUS durante o crescimento das crianças afetadas pela SCZ, pois grande parte sofre com problemas respiratórios e de deglutição, acarretando a necessidade de leite e suplementos nutricionais. Também necessitam de auxílio estatal os que necessitam de

medicamentos especiais e processos cirúrgicos específicos. No entanto, a estrutura social das regiões não suporta a todos, deixando as mães novamente ao acaso e à sorte de receberem doações de produtos de outras famílias (CARREIRA, 2018).

Sem um sistema de atenção à saúde estável, e pela falta de conhecimento dos médicos sobre as manifestações das arboviroses no corpo das mulheres, quando procuravam atendimento muitas recebiam o diagnóstico generalista de virose e uma simples receita de analgésico. Sendo assim, todo o desgaste enfrentado para realizar uma consulta não compensava, fazendo com que grande parte se automedicasse ou tomasse outras medidas que mais tarde também se mostravam pouco eficientes. Além disso, a descrença no SUS aumentou com o passar do tempo, e muitas mulheres que não receberam tratamento de qualidade sofriam com dores que as incapacitavam de realizar atividades do cotidiano, como tomar banho ou lavar roupas, e, quando não conseguiam trabalhar, corriam o risco de serem demitidas e assim perder a renda vital para o sustento da família (CARREIRA, 2018).

O pesadelo não acabou em poucos dias, algumas das mulheres que foram afetadas pela Chikungunya relataram continuar sentindo dores crônicas mesmo um ano depois do início dos sintomas, fazendo com que desenvolvessem problemas com a autoestima e não reconhecessem mais o próprio corpo, por conta de inchaços e pela dificuldade em se locomover. As atividades sexuais das mulheres foram igualmente afetadas, uma vez que com as dores, a não aceitação do próprio corpo e as outras dificuldades adquiridas, não se sentiam mais confortáveis com os seus parceiros e com elas mesmas (CARREIRA, 2018). Sabendo que o serviço social dificilmente atendia adequadamente tais questões, a saúde psicológica dessas mulheres não foi encarada como um fator determinante para sua dignidade.

O abismo social que foi criado por conta das falhas do Estado ao gerir a crise sanitária gerada pela tríplice epidemia refletiu diretamente sobre a existência digna dessas mulheres, o que revela a indispensabilidade de atenção às iniquidades enfrentadas por esse grupo. A inexistência de políticas efetivas direcionadas aos direitos sexuais, reprodutivos e ao cuidado com a saúde psicológica de mulheres hipervulnerabilizadas indica que o Brasil se desviou do caminho para se tornar uma sociedade alinhada aos preceitos constitucionais, o que com o início da pandemia de Covid-19 tomou contornos ainda mais dramáticos.

5 A PANDEMIA DE COVID-19 E A HIPERVULNERABILIDADE DE MULHERES NEGRAS

Março de 2020 ficou marcado pela declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS) do início da pandemia⁵ da doença Covid-19, gerada pela contaminação do vírus SARS-CoV-2, visto que o vírus já estava adoecendo um grande número de pessoas em proporção mundial. A inexistência de medicamentos e vacinas comprovadamente eficazes contra a doença levou a necessidade da implementação de medidas sanitárias para redução de novos casos, a fim de evitar mais mortes. Dessa maneira, a OMS recomendou que os países atingidos realizassem o isolamento social, quarentena, utilizasse máscaras e álcool em gel, entre outros (QUERIDO *et. al.*, 2021).

Na medida que a Covid-19 avançou pelo mundo, constatou-se algumas particularidades do vírus, assim como quais pessoas são afetadas de maneira mais severa pelos sintomas da doença (QUERIDO *et. al.*, 2021). No aspecto social, a desigualdade de gênero, raça e classe que muitos países enfrentavam há anos foi intensificada, como no Brasil, cabendo ao Estado medidas compatíveis com as vulnerabilidades socioeconômicas que, principalmente as negras e pobres, carregam desde o momento que foram libertadas da escravidão.

Contudo, a realidade brasileira caminhou em sentido diametralmente oposto. Os direitos à vida e à saúde foram incansavelmente infringidos por governantes e empregadores, que ignoraram as recomendações da OMS de distanciamento e isolamento social, sob o standard que a economia não pode parar, discurso repetido inúmeras vezes pelo Presidente da República Jair Bolsonaro, fazendo com que diversas trabalhadoras e trabalhadores, especialmente das classes menos abastadas, se arriscassem em detrimento dos interesses do capital (GRUPP *et. al.*, 2021).

No que compreende o mercado do trabalho, as mulheres representam 75% da linha de frente ao combate de doenças, e também ocupam a maioria dos outros serviços considerados essenciais, como mercados ou farmácias, sendo sua força de trabalho inestimável à sociedade. Entretanto, antes mesmo do início da pandemia, já eram vítimas da lógica abusiva de trabalho, pois muitas vezes são inseridas em um meio insalubre, e, diante da necessidade de atender a um grande número de pessoas,

⁵ Segundo a Organização Mundial da Saúde, pandemia é a disseminação mundial de uma doença. Por outro lado, uma epidemia afeta um grande número de pessoas, mas não em nível global (OMS, 2020).

os casos de Covid-19 entre essas mulheres somaram números alarmantes, pois ainda que utilizem equipamento de proteção disponibilizado e tenham implementado o modelo de segurança no local, continuam expostas diariamente ao vírus (QUERIDO *et. al.*, 2021).

Especialmente em relação às negras, a luta pela sobrevivência aparenta ser infinita. Na tentativa de não serem empurradas ainda mais para miséria, submeteram-se (e assim permanecem, visto que a pandemia não acabou), ao risco de contaminação, aceitando pagamentos injustos diante da ameaça do desemprego. Um dos motivos de as negras serem as mais vulneráveis à essa situação se dá por parte ser responsável pelo sustento da família (51,1%), e, também, porque 66,2% moram em aglomerados urbanos, o que indica que não possuem saneamento básico ou acesso à água potável, tornando inviável a adoção de medidas sanitárias, vivendo “entre a doença e a fome” (SOUSA, 2021).

Em contraste aos serviços essenciais que são de grande importância para a população em geral, os serviços de luxo⁶, prestados principalmente aos privilegiados permaneceram sendo prestados, refletido nitidamente os valores que guiam a elite brasileira. Na maioria das vezes estes serviços sujeitam as mulheres a uma forma extremamente desumana de trabalho, como é o caso de uma empregada doméstica de 68 anos que faleceu no Rio de Janeiro por Covid-19, em razão de seus empregadores, infectados pelo vírus, insistirem em manter a idosa trabalhando normalmente (LEMOS, 2020). Referida situação não é caso isolado: essas condições extremas, enfrentadas principalmente pelas domésticas é um dos resultados da crença de que a elite possui poder de vida e morte sobre a classe trabalhadora.

Diante desse cenário, os dados da pandemia revelam a estrutura racista, machista e classista do Brasil: de acordo com dados da Rede de Pesquisa Solidária, da Universidade de São Paulo (USP), as negras têm maior mortalidade por Covid que qualquer outro grupo na base do mercado de trabalho. Relacionando diferentes ocupações, em comparação a homens brancos, estimou-se que negras têm 146% mais chance de óbito por Covid nas ocupações de alimentadores de linhas de produção; 112% mais chance em serviços domésticos; 101% mais chance na

⁶ Serviços de luxo são todos aqueles que durante a pandemia não são considerados essenciais e necessários. Alguns exemplos que podem ser destacados são: serviços de estética, serviços de domésticas terceirizada e academias de ginástica.

construção civil; 91% mais chance nas atividades promoção à saúde; 75% mais chance na agricultura e em limpeza urbana; 47% mais chance na indústria têxtil; e 25% mais chance em representantes comerciais autônomos (REDE DE PESQUISA SOLIDÁRIA, 2021).

Portanto, a saúde da mulher negra não se resume a mera biologia, pois as doenças não agem de forma democrática. A classe, o gênero e a raça atuam como desvantagens que fazem com que os impactos gerados pela doença sejam mais severos e negativos sobre esse grupo. Logo, a concepção sobre viver, adoecer e morrer não é a mesma entre os diferentes segmentos da sociedade (SOUZA, 2018). Todo o ciclo de vida é afetado pela discriminação, dificultando o acesso à saúde, à educação à segurança alimentar, à moradia digna e à empregos que respeitem os direitos trabalhistas (SOUZA, 2021).

Há, ainda, inúmeras incertezas sobre as consequências que a pandemia de Covid-19 gerará à sociedade brasileira, mesmo transcorridos quase dois anos desde seu início. Mas, certamente, o colapso no SUS é um dos efeitos mais severos, assim como o medo de que a efetivação dos direitos fundamentais das classes hipervulnerabilizadas se torne um sonho distante, ecoando as diretrizes da necropolítica, escancarando, ainda mais, a morte autorizada de negros e negras (SOUZA, 2021).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo discutiu a intensificação da violação da vida da mulher negra, especialmente durante a tríplice epidemia (Dengue, Zika e Chikungunya) e da pandemia do Covid-19, evidenciado que a luta para uma sociedade livre das desigualdades de gênero, raça e classe é, indiscutivelmente, constante, e desafiadora em momentos de crise sanitária.

As crises abordadas no estudo se referem a um pequeno recorte da penosa realidade vivida pelas negras. São nesses momentos que, aos desatentos (propositalmente ou não), são escancarados dados lamentáveis da falha no enfrentamento ao racismo e ao machismo pela sociedade brasileira.

O distanciamento entre as disposições constitucionais não é fato novo. O que merece destaque é o projeto de invisibilização e morte que tem sido executado pelo

Estado brasileiro. Não é momento de calar, mas de pontuar e lutar, incansavelmente, pela re colocação do país nos eixos democráticos.

Sem a pretensão de esgotar os debates suscitados, reconhecem as autoras que discursam neste estudo a partir de um local de privilégio, e, justamente por reconhecê-lo, assumem o compromisso de promover a luta contra a estrutura colonialista, patriarcal, racista e classista da sociedade brasileira. É impensável que a academia se cale diante das vidas perdidas pela ausência estatal.

Portanto, para que a realidade se transforme, acredita-se que visibilizar, desestabilizar e transformar os mecanismos de opressão é dever de todas e todos, possibilitando a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, justa e livre.

REFERÊNCIAS

ALVES DE SOUSA, Maria E. *Direitos humanos em tempos de pandemia: mulheres negras e a desvalorização social por gênero e raça*. Revista Brasileira De Sociologia Do Direito. Disponível em: <<http://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/view/464>>. Acesso em: 13 de jun. de 2021.

AZEREDO, Verônica P.O. AZEREDO, Ive O. C.; BRANDÃO, Maria L. S. *Ângela Davis: dor e opressão da mulher negra em suas resistências e lutas históricas*. Revista Debates Insubmissos. Caruaru: 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesinsubmissos>>. Acesso em: 14 jun. 2021.

BIANCHINI, Juliana; SANTANO, Ana Cláudia. *Mucamas permitidas: direitos fundamentais das empregadas domésticas em tempos de pandemia*. In: As múltiplas faces do vírus: gênero e vulnerabilidade. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. Disponível em: <<https://acervo.uniarp.edu.br/wp-content/uploads/livros/130-As-multiplas-faces-do-virus.pdf>>. Acesso em: 22 de nov. de 2021.

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 22 de nov. de 2021.

_____, *Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1980*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 23 jun. 2021.

_____, *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília: 2011. Disponível em: <[https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres#:~:text=Desde%20a%20cria%C3%A7%C3%A3o%20da%20Secretaria,e%](https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres#:~:text=Desde%20a%20cria%C3%A7%C3%A3o%20da%20Secretaria,e%20)>

20monitoramento%20relativas%20%C3%A0%20tem%C3%A1tica.>. Acesso em: 22 de nov. de 2021.

CARREIRA, Denise. *Do sofrimento invisível à ação articulada: Relatos da missão especial da plataforma DHESCA sobre o impacto da política econômica de austeridade*. In: Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo. Autonomia Literária, 2018. Disponível em: <<https://pedrorossi.org/wp-content/uploads/2019/09/Economia-para-Poucos.pdf>>. Acesso em: 22 de nov. de 2021.

DAVIS, Angela. *Mulher, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FAGNANI, Eduardo. *Austeridade e seguridade: a destruição do marco civilizatório brasileiro*. In: Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo. Autonomia Literária, 2018. Disponível em: <<https://pedrorossi.org/wp-content/uploads/2019/09/Economia-para-Poucos.pdf>>. Acesso em: 22 de nov. de 2021.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *Estudo investiga ressurgimento da dengue após epidemia de zika*. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/estudo-investiga-ressurgimento-da-dengue-apos-epidemia-de-zika#:~:text=Somente%20no%20ano%20de%202019,a%20sua%20ressurg%C3%Aancia%20em%202019>>. Acesso em: 22 de nov. de 2021.

GRUPP, Gabriela; NERONE, Heloísa; CÂMARA, Heloisa F. *Não é crise econômica, é estratégia: a invisibilização do trabalho reprodutivo e a potencialização da vulnerabilidade feminina durante a pandemia da Covid-19 no Brasil*. In: As múltiplas faces do vírus: gênero e vulnerabilidade, Porto Alegre: Editora Fi, 2021. Disponível em: <<https://acervo.uniarp.edu.br/wp-content/uploads/livros/130-As-multiplas-faces-do-virus.pdf>>. Acesso em: 22 de nov. de 2021.

LE MOS, Vinícius. *Ministério Público do Trabalho analisa morte de doméstica no RJ após patroa ter coronavírus*. BBC. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51982465>>. Acesso em: 24 de jun. de 2020.

LUCIANO, Cássia A. *Pesquisa em saúde: a contribuição histórica da mulher negra contra a Covid-19*. In: As múltiplas faces do vírus: gênero e vulnerabilidade. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. Disponível em: <<https://acervo.uniarp.edu.br/wp-content/uploads/livros/130-As-multiplas-faces-do-virus.pdf>>. Acesso em: 22 de nov. de 2021.

MATHIAS, Maíra. *A população de maior risco à epidemia são mulheres pobres e negras do Nordeste do país – entrevista com Débora Diniz*. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/a-populacao-de-maior-risco-a-epidemia-sao-mulheres-pobres-e-negras-do-nordeste>>. Acesso em 22 de nov. de 2021.

QUERIDO, Alice C; BRANDÃO, Júlia P. M.; SILVEIRA, Ligia M. F. *A pandemia do Covid-19 e a precarização da situação da mulher*. In: Assistência à saúde de gestantes negras e não negras em epidemia de zika vírus no município de Salvador, BA. Disponível em: <<http://www.convencionsalud2018.sld.cu/index.php/convencionsalud/2018/paper/download/1164/493>>. Acesso em: 22 de nov. de 2021.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. *A crise econômica e as políticas de austeridade: efeitos sobre as mulheres*. In: ROSSE, Pedro. Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo. Autonomia Literária, 2018. Disponível em: <<https://pedrorossi.org/wp-content/uploads/2019/09/Economia-para-Poucos.pdf>>. Acesso em: 22 de nov. de 2021.

TINOCO, Dandara. *Mulheres negras, as mais vulneráveis entre as mais vulneráveis*. Instituto Igarapé. Disponível em: <<https://igarape.org.br/mulheres-negras-as-mais-vulneraveis-entre-as-mais-vulneraveis/>>. Acesso em: 22 de nov. de 2021.

UNIVERSIDADE ABERTA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. *Organização Mundial de Saúde declara pandemia de novo Coronavírus*. Disponível em: <<https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>>. Acesso em: 22 de nov. de 2021.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Rede de Pesquisa Solidária. *No Brasil, mulheres negras têm maior mortalidade por covid que qualquer grupo na base do mercado de trabalho*. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/mulheres-negras-tem-maior-mortalidade-por-covid-19-do-que-restante-da-populacao/>>. Acesso em: 22 de nov. de 2021.

Uniguacu

Centro Universitário

A TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE APLICADA PELOS TRIBUNAIS BRASILEIROS NOS CASOS DE RESPONSABILIDADE CIVIL DO ADVOGADO

Dener Leonardo Choinacki¹

João Vitor Passuello Smaniotto²

Resumo: O presente artigo consiste em verificar se a teoria da perda de uma chance é passível de ser aplicada nos casos de responsabilidade civil por parte do advogado levando em consideração os julgados proferidos pelos tribunais pátrios. Para tanto, em um primeiro momento far-se-á uma breve apresentação da teoria da perda de uma chance, após, será tratado especificamente da responsabilidade civil do advogado, com a posterior análise da aplicabilidade da perda de uma chance pelos tribunais brasileiros nos casos em que este ocasiona algum dano a seu cliente em razão de sua desídia profissional. O método adotado é o dedutivo, partindo da relação entre a doutrina, a legislação pertinente e, posteriormente, a jurisprudência no que se refere à aplicabilidade da teoria da perda de uma chance nas questões que envolvem a responsabilidade civil por parte do advogado.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil. Advogado. Perda de uma chance.

1 INTRODUÇÃO

Toda vez que alguém gera dano a outrem por ato ilícito, este deve ser indenizado, para tanto, se faz o uso da responsabilidade civil.

Acontece que, há situação que o dano é gerado a partir do momento que alguém impede outrem de alcançar alguma vantagem desejada ou esperada, surge dessa forma a figura da perda de uma chance, que foi por um longo período de tempo deixada de lado pelo Direito por se tratar de uma incerteza, já que a vantagem perdida era tão somente uma expectativa ou um desejo, não se enquadrando nas modalidades tradicionais de dano patrimonial, quais sejam, o dano emergente e os lucros cessantes.

Contudo, a doutrina e a jurisprudência caminham aos poucos no sentido de aceitar a teoria da perda de uma chance como sendo um meio autêntico para a reparação de danos, já que se assim não fosse, a vítima ficaria totalmente desamparada de tutela jurisdicional.

Portanto, o presente trabalho tem por finalidade demonstrar como a teoria da perda de uma chance se aplica nos casos de responsabilidade civil do advogado nas

¹ Acadêmico do curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Iguaçu – Uniguacu.

² Doutor em Ciências Jurídicas e Políticas pela Universidad Pablo d’Olavide - Sevilha/Espanha. Professor de Direito Constitucional e Direito do Trabalho do Centro Universitário Vale do Iguaçu – Uniguacu.

situações em que por alguma ação, ou omissão, o mesmo venha a surgir prejuízo para seu cliente.

1.1 RESPONSABILIDADE CIVIL PERANTE A PERDA DE UMA CHANCE

A teoria da perda de uma chance teve sua origem na doutrina francesa, com o intuito de que se tivesse resposta aos atos ilícitos que tiram da vítima a oportunidade de obter uma situação futura mais favorável a ela, de forma que está configurada a perda de uma chance quando por decorrência de ato de terceiro desaparece a probabilidade de ocorrer um evento futuro que beneficie a vítima.³

Percebe-se, portanto, o ponto central da teoria da perda de uma chance: a incerteza do resultado, de forma que o que se tem é tão somente a certeza dano sofrido e a incerteza do possível resultado que poderia ocorrer. Vários são os exemplos decorrentes da perda de uma chance, como o presente estudo vem a tratar da responsabilidade civil do advogado se faz mister usar o exemplo utilizado pelo doutrinador supracitado, que é o caso do advogado que perde o prazo para recorrer de uma sentença, por mais que este ato não foi direto para com seu cliente, o mesmo obstou o êxito da demanda da vítima.

O autor Daniel Amaral Carnaúba resguarda longas páginas com o findo de demonstrar que a teoria da perda de uma chance está vinculada com os casos em que não é possível qualificar de maneira precisa qual seria o resultado esperado, assim o autor escreve:

O que nos interessa, dentro das limitações deste estudo, é uma manifestação precisa da incerteza, qual seja, aquela inerente aos pedidos da reparação civil decorrentes de lesão a interesses aleatórios. Para que o conflito entre álea e razão ecoe no campo jurídico, basta que a demanda indenizatória fundamente-se na lesão de expectativas da vítima sobre um evento incerto. Longe de ser um mero problema teórico, as situações em que os juízes são confrontados com um litígio dessa espécie são bastante recorrentes.⁴

Nesse sentido, Raffael Pateffi da Silva, um dos autores brasileiros que mais se debruçou sobre a teoria da perda de uma chance, elenca dois critérios para a

³ CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil. 14ª Edição. São Paulo: Atlas, 2020. p. 439.

⁴ CARNAÚBA, Daniel Amaral. **Responsabilidade Civil pela Perda de uma Chance: A álea e a técnica**. Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka, Flávio Tartuce (Coord.). São Paulo: Método, 2013. p.9.

aplicação desta teoria. O mesmo estabelece que para a aplicação da responsabilidade civil pela perda de uma chance, esta chance perdida deve ser séria e real, isto quer dizer que para que a demanda da vítima possa ser apreciada, não basta que haja uma mera esperança subjetiva da parte.⁵

Tanto é assim que tal entendimento foi consubstanciado no Enunciado 444, da V Jornada de Direito Civil do Conselho Nacional da Justiça Federal, que assim dispõe:

A responsabilidade civil pela perda de chance não se limita à categoria de danos extrapatrimoniais, pois, conforme as circunstâncias do caso concreto, a chance perdida pode apresentar também a natureza jurídica de dano patrimonial. A chance deve ser séria e real, não ficando adstrita a percentuais apriorísticos.

Tal entendimento firmado visa que os danos a serem reparados através das chances perdidas não se limitem à mera probabilística, ou seja, não deve a chance perdida se constituir por mera parcela de chance esperada naquele caso concreto, de forma que cada caso deve ser analisado singularmente levando em consideração se a chance perdida era séria e real.

Também, mostra-se oportuno demonstrar que a teoria da perda de uma chance possui uma regra peculiar em relação a reparação dos danos quando comparada a regra geral da responsabilidade civil.

Primeiro, se tratando da regra geral de reparação da responsabilidade civil temos o princípio da reparação integral do dano, este previsto no Artigo 944 do Código Civil, que assim dispõe: “A indenização mede-se pela extensão do dano”, ou seja, é a totalidade da extensão do dano que deve ser o valor para compensar os prejuízos sofridos pela vítima.⁶

Agora, se tratando da responsabilidade civil derivada da perda de uma chance não há como tal princípio ter fundamento, já que o que se está buscando é tão somente a reparação da chance perdida, e não o resultado final como um todo.

⁵ SILVA, Rafael Peteffi da. **Responsabilidade Civil pela Perda de uma Chance: Uma análise do direito comparado e brasileiro**. 3ª Edição. São Paulo: Atlas, 2013. p. 138.

⁶ CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 14ª Edição. São Paulo: Atlas, 2020. p.22.

1.2 A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ADVOGADO

É indispensável destacar que a atuação do advogado enquanto profissional liberal, no que se refere à relação com seu cliente, se dá através de um contrato, notadamente o contrato de mandato judicial e o de prestação de serviços, no primeiro caso o advogado é contratado para representar o cliente em juízo, no segundo é quando se atua no âmbito da advocacia consultiva ou quando o advogado se compromete a elaborar um documento contratual.⁷

Como dito anteriormente, o meio pelo qual se dá a atuação do advogado para com seu cliente na postulação do interesse deste último em juízo é através do contrato de mandato, que se encontra regularizado no Código Civil⁸ a partir do seu Artigo 653.

Assim sendo, cabe estabelecer desde já que a responsabilidade civil do advogado é contratual perante o seu cliente em razão do contrato de mandato firmado entre ambos, e extracontratual perante terceiros que não fazem parte da relação jurídica contratual do mandato.⁹

Neste sentido, cumpre notar que o Código Civil não estabeleceu a responsabilidade civil do advogado, no entanto, pelo fato da responsabilidade deste ser contratual, aplicam-se as disposições e obrigações relativas ao mandatário, como aplicar toda a diligência habitual no exercício do mandato e indenizar qualquer prejuízo causado por culpa, a teor do Artigo 667 do Código Civil.

Assim sendo, cabe estabelecer já como premissa inicial que a responsabilidade civil do advogado é subjetiva, já que depende da prova de culpa, isto se verifica também no Artigo 32 do Estatuto da Advocacia, que dispõe que “O advogado é responsável pelos atos que, no exercício profissional, praticar com dolo ou culpa.”¹⁰

⁷ VASSILIEFF, Sílvia. **A responsabilidade civil do advogado**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. p.79.

⁸ BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 21 de outubro de 2021.

⁹ PEREIRA, Cario Mario da Silva; TEPEDINO, Gustavo. **Responsabilidade Civil**. 12ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2018. p.214

¹⁰ BRASIL. Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994. **Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8906.htm>. Acesso em: 08 de setembro de 2021.

Ainda, o Código de Defesa do Consumidor estabelece em seu Artigo 14, §4º que “a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.”¹¹

Através da leitura do presente dispositivo se observa, portanto, a responsabilidade subjetiva do advogado, ou seja, o mesmo responde pelos atos que praticar com dolo ou culpa no exercício da advocacia, nesse sentido Sérgio Cavaliere Filho escreve:

A responsabilidade subjetiva, como de conhecimento geral, é assim chamada porque exige a culpa como elemento. A conduta culposa do agente erige-se em pressuposto principal da obrigação de indenizar, o que importa dizer que nem todo comportamento do agente será apto a gerar o dever de indenizar, mas somente aquele que estiver revestido de certas características previstas na ordem jurídica.¹²

Portanto, o advogado quando da assinatura do mandato por seu cliente não se obriga a ganhar a causa, mas sim de se empenhar em buscar a melhor solução jurídica para a pretensão do cliente, assim, a doutrina entende que a responsabilidade civil do advogado é de meio, e não de resultado.¹³

Neste sentido, o que pode acontecer, e é justamente o tema principal deste trabalho, é a responsabilização do advogado pela perda de uma chance, que será mais bem tratada na sequência levando em consideração a forma pela qual os tribunais brasileiros vem decidindo sobre a matéria.

1.3 A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ADVOGADO NOS CASOS DE PERDA DE UMA CHANCE PERANTE OS TRIBUNAIS BRASILEIROS

O que se apresentará na sequência é uma tratativa da matéria levando em consideração a forma pela qual os tribunais brasileiros vêm decidindo a respeito da questão.

À vista disso, começaremos então verificando o primeiro caso de demanda ajuizada buscando a responsabilização do advogado pela perda de uma chance, esta

¹¹ BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. **Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm>. Acesso em: 23 de abril de 2020.

¹² CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil.** 14ª Edição. São Paulo: Atlas, 2020. p. 434.

¹³ PEREIRA, Cario Mario da Silva; TEPEDINO, Gustavo. **Responsabilidade Civil.** 12ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2018. p. 218.

que ocorreu em 1991 perante o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, cuja ementa se apresenta da seguinte maneira:

RESPONSABILIDADE CIVIL. ADVOGADO. PERDA DE UMA CHANCE. Age com negligência o mandatário que sabe do extravio dos autos do processo judicial e não comunica o fato à sua cliente nem trata de restaurá-los, devendo indenizar à mandante pela perda da chance.¹⁴

Nesta situação a autora pleiteava uma ação em face no INPS (Instituto Nacional de Previdência Social) para receber uma pensão previdenciária, no entanto, no intervalo de tempo entre o ajuizamento e a distribuição da ação, o processo, que em tal época ainda era em autos físicos, acabou se extraviando e nunca mais chegou ao cartório. Apesar disso, o advogado se manteve inerte, não avisou da situação a autora e não tomou quaisquer providências para a restauração dos autos.

Neste caso, se constatou plenamente a indenização pela perda de uma chance, visto que a atitude negligente do advogado que ao deixar de informar sua cliente do extravio dos autos a privou totalmente de ter sua ação julgada pelo Poder Judiciário, e como consequência, o total impedimento de receber o benefício previdenciário.

Portanto, percebe-se que a responsabilidade do advogado neste caso não foi em decorrência do fracasso deste na lide, e sim, por privar a autora da chance de discutir sua ação em face do INPS, nota-se, não se poderia provar com certeza que a autora neste caso iria sair vitoriosa no processo, mas a atitude do advogado lhe negou totalmente a chance de obter qualquer coisa, por este motivo, resta configurada a responsabilidade civil pela perda de uma chance.

Tanto é assim, que, neste ponto, do quesito da seriedade e da realidade, se apresenta bastante esclarecedor o recente julgado do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, cuja ementa é a seguinte:

APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. Ação INDENIZATÓRIA POR Perdas E DANOS DECORRENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL PROFISSIONAL. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. IRRESIGNAÇÃO DE AMBAS AS PARTES LITIGANTES. APELAÇÃO CÍVEL. recurso da parte AUTORA. responsabilidade do advogado por CONDUTA APONTADA COMO NEGLIGENTE. pretensão indenizatória amparada na TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE. IMPOSSIBILIDADE. **AUSÊNCIA DE PROBABILIDADE SÉRIA E REAL** de

¹⁴ BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (Quinta Câmara Cível). Apelação Cível nº 591064837. Apelante: Ernani Enio Juchem. Apelada: Erica Noe. Relator: Ruy Rosado de Aguiar Júnior, Julgado em: 29 de agosto de 1991. Disponível em: <www.tjrs.jus.br/site_php/consulta/consulta_processo.php?nome_comarca=Tribunal%20de%20Justi%C3%A7a%20do%20RS&versao=&versao_fonetica=1&tipo=1&id_comarca=700&num_processo_mask=&num_processo=591064837&codEmenta=7706337&temIntTeor=true>. Acesso em 29 de setembro de 2021.

êxito na demanda, EM RAZÃO DO TRANSCURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL EM RELAÇÃO AOS GENITORES. SENTENÇA MANTIDA, COM A FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E NÃO PROVIDO. RECURSO ADESIVO. RECURSO DA PARTE RÉ INTERPOSTO SEM O DEVIDO PREPARO. INTIMAÇÃO PARA RECOLHIMENTO EM DOBRO. INOCORRÊNCIA. DESERÇÃO RECONHECIDA. RECURSO NÃO CONHECIDO. (grifo nosso)¹⁵

No caso em que se apresenta, a pretensão da autora era pela caracterização da perda de uma chance em desfavor do advogado nos exatos termos em que escreve o relator:

A par de tais considerações, voltando os olhos ao caso concreto denota-se que a pretensão da parte autora, ora apelante, lastreia-se na probabilidade de obtenção de indenização em seu favor pelo erro médico cometido pelo Hospital de Novo Hamburgo/RS no nascimento de sua filha. Sustenta, para tanto, que a condenação se limitou a R\$ 50.000,00 em razão da negligência profissional dos apelados na formação do polo ativo da demanda, que foi composto apenas pela infante, e ausência de pleito indenizatório expresso em favor dos genitores.¹⁶

Percebe-se que no processo em questão os autores sustentam a perda de uma chance pelo suposto erro na formação do polo ativo da demanda, acontece que ficou demonstrado que a pretensão dos mesmos se encontrava prescrita quando do ajuizamento da ação, e, por mais que estes alegassem e provassem que o advogado tivesse agido com negligência não haveria como sustentar a perda de uma chance, já que esta não seria séria e muito menos real, assim escreve o relator:

Logo, considerando que a procuração outorgada em favor dos apelados para propositura de ação indenizatória ocorreu apenas em 11.03.2013 (mov. 1.2 – autos nº 10231-59.2013.8.16.0083), com o efetivo ajuizamento apenas em novembro de 2013, vale dizer, após o decurso do prazo quinquenal previsto na legislação consumerista, não é possível aplicar a teoria da perda de uma chance se havia apenas uma mera expectativa (mínima) de direito. Vale dizer, o êxito da demanda ocorreria somente se a prejudicial de mérito em questão passasse despercebida em todo o processo. Não verificada, portanto, a real chance de êxito na pretensão indenizatória dos apelantes,

¹⁵ BRASIL. Tribunal de Justiça do Paraná (10ª Câmara Cível). Apelação Cível e Recurso Adesivo nº 0016453-33.2019.8.16.0083. Apelantes: Clovis Cardoso e outros. Apelados: Clovis Cardoso e outros. Relator: Francisco Eduardo Gonzaga De Oliveira. Julgado em 12 de julho de 2021. Disponível em: <https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/4100000015921931/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-0016453-33.2019.8.16.0083#integra_4100000015921931>. Acesso em 29 de setembro de 2021.

¹⁶ BRASIL. Tribunal de Justiça do Paraná (10ª Câmara Cível). Apelação Cível e Recurso Adesivo nº 0016453-33.2019.8.16.0083. Apelantes: Clovis Cardoso e outros. Apelados: Clovis Cardoso e outros. Relator: Francisco Eduardo Gonzaga De Oliveira. Julgado em 12 de julho de 2021. p.12. Disponível em: <https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/4100000015921931/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-0016453-33.2019.8.16.0083#integra_4100000015921931>. Acesso em 13 de outubro de 2021.

mostra-se escorreita a sentença de improcedência, não merecendo reparos.¹⁷

Assim sendo, nota-se que por mais que fosse provado o erro do advogado no processo originário, não haveria que se falar em perda da chance em razão de esta não ter aporte no requisito da realidade.

É relevante notar também que a maior incidência da perda de uma chance quando se refere a responsabilidade civil do advogado se verifica mediante a perda do prazo para a interposição de algum recurso, com efeito:

ACÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. ALEGAÇÃO DE NEGLIGÊNCIA E IMPERÍCIA DE ADVOGADO, QUE SÉRIA RESPONSÁVEL PELA REVELIA E INTERPOSIÇÃO INTEMPESTIVA DE APELAÇÃO. Prova que só permite concluir pela culpa do profissional na última hipótese. Perda de uma chance. Possibilidade de indenização. Necessidade, porém, da seriedade e viabilidade da chance perdida. Circunstâncias não presentes na espécie. Acolhimento do pedido apenas para condenação do profissional ao ressarcimento dos honorários pagos pelos autores e preparo do recurso intempestivo. Apelo em parte provido.¹⁸

O que se observa neste caso é a acertada compreensão e aplicação do tribunal no que se refere a aplicação da perda de uma chance tão somente nos casos de chances sérias e reais, desta forma, cabe ao requerente provar que a sua demanda prejudicada tinha expressiva possibilidade de ter êxito caso o advogado não tivesse perdido o prazo recursal.

Todavia, não é sempre que os tribunais julgam a questão da perda de uma chance diante da responsabilidade civil do advogado corretamente, um equívoco que recorrentemente se apresenta é a espécie de dano que se reconhece nos casos de perda de chance, à vista disso:

RESPONSABILIDADE CIVIL. PROFISSIONAL LIBERAL. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. COMPROVADA NEGLIGÊNCIA POR PARTE DOS RÉUS. DANO MATERIAL COMPROVADO NA FORMA DE LUCROS CESSANTES. CASO DE PERDA DA CHANCE. DANO MORAL INOCORRENTE.

¹⁷ BRASIL. Tribunal de Justiça do Paraná (10ª Câmara Cível). Apelação Cível e Recurso Adesivo nº 0016453-33.2019.8.16.0083. Apelantes: Clovis Cardoso e outros. Apelados: Clovis Cardoso e outros. Relator: Francisco Eduardo Gonzaga De Oliveira. Julgado em 12 de julho de 2021. p. 6. Disponível em: <https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/4100000015921931/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-0016453-33.2019.8.16.0083#integra_4100000015921931>. Acesso em 13 de outubro de 2021.

¹⁸ BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (6ª Câmara Cível). Apelação Cível nº 70005635750. Apelante: Manoel Nunes Filho. Apelado: Nelson Lacerda da Silva. Relator: Carlos Alberto Álvaro De Oliveira. Julgado em 17 de novembro de 2003. Disponível em: <www.tjrs.jus.br/site_php/consulta/consulta_processo.php?nome_comarca=Tribunal%20de%20Justi%C3%A7a%20do%20RS&versao=&versao_fonetica=1&tipo=1&id_comarca=700&num_processo_mask=&num_processo=70005635750&codEmenta=7706337&temIntTeor=true>. Acesso em 30 de setembro de 2021.

1. O caderno probatório comprova a conduta culposa dos réus, o que acarreta a responsabilidade de indenizar os prejuízos experimentados pela autora.
2. Os danos materiais suportados restaram comprovados, tendo em vista a análise detalhada da prova e a indenização foi fixada por equidade. Recurso parcialmente provido.¹⁹

Como se percebe, foi concedida a indenização pela perda de uma chance na forma de lucros cessantes, o que é totalmente equivocado, já que, como foi dito anteriormente, a chance perdida se enquadraria num terceiro gênero de indenização, a meio caminho entre o dano emergente e os lucros cessantes. Neste sentido, há de se ter muita atenção no que se refere à espécie de dano em que é enquadrada a perda da chance, já que isto vem a afetar, como se verá mais adiante, no montante da indenização.

Outro equívoco comum de ser encontrado é a consideração da chance perdida como sendo um dano moral:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. RECEBIMENTO COM AGRAVO REGIMENTAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS. CONDUTA OMISSIVA E CULPOSA DO ADVOGADO. TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE. RAZOABILIDADE DO VALOR ARBITRADO. DECISÃO MANTIDA. (...) 2. Valor da indenização por danos morais decorrentes da perda de uma chance que atende aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, tendo em vista os objetivos da reparação civil. Inviável o reexame em recurso especial. 3. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, a que se nega provimento. ²⁰

Rafael Peteffi da Silva pontua que quando se está a falar da responsabilidade civil do advogado há um conjunto de acórdãos que segue a mesma linha, de colocar a perda de uma chance como sendo um dano moral que merece indenização pela frustração de ver reexaminada a decisão julgada improcedente. Segundo o autor, isto acontece devido à dificuldade de ser quantificados certos danos patrimoniais

¹⁹ BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (1ª Turma Cível). Apelação Cível nº 71001196195. Apelante: Nair Luxen Klein. Apelado: Nestor Alfeu Wuttke. Relator: Ricardo Torres Hermann. Julgado em 12 de julho de 2007. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/site_php/consulta/consulta_processo.php?nome_comarca=Turmas%20Recursais&verso=&versao_fonetica=1&tipo=1&id_comarca=700&num_processo_mask=&num_processo=71001196195&codEmenta=7706337&temIntTeor=true>. Acesso em 30 de setembro de 2021.

²⁰ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4ª Turma). Recurso Especial nº 1321606-MS. Recorrente: Jairo Pires Mafra. Recorrida: Raquel Ferreira Gomes. Relator: Antonio Carlos Ferreira. Julgado em 23 de abril de 2013. Disponível em: <https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?src=1.1.3&aplicacao=processos.ea&tipoPesquisa=tipoPesquisaGenerica&num_registro=201102373280>. Acesso em 30 de setembro de 2021.

caracterizados pela perda de uma chance, e por isso a jurisprudência brasileira tende a considerá-los como sendo uma subespécie de dano extrapatrimonial.²¹

Ainda, Daniel Amaral Carnaúba critica tais decisões, o mesmo aduz que os magistrados fazem uso da caracterização do dano moral nos casos de perda de chance por mera comodidade, isto porque a noção de dano moral concede margem de atuação tão grande ao julgador que este fica livre para identificar um prejuízo como sendo dano moral quando assim o entender.²²

Outro equívoco cometido com certa frequência é no que diz respeito à quantificação do dano, isto se verifica diversas vezes quando o julgador quantifica o dano da chance perdida no valor total da chance que a vítima planeava auferir num primeiro momento, antes de ter sua chance interrompida por fato de outrem.

O valor da indenização pela perda de uma chance deve sempre ser inferior ao que se pretendia inicialmente, já que o que se é buscado é a indenização pela perda da chance, e não pelo valor total, já que este, como já explicado e demonstrado em momentos anteriores, ainda é incerto.

Como dito, uma das principais peculiaridades da teoria da perda de uma chance diz respeito ao valor da indenização pretendida, e é justamente neste ponto em que o Poder Judiciário comete mais equívocos quando da aplicação da referida teoria.

O acórdão supracitado diz respeito a uma ação trabalhista que foi arquivada em decorrência da conduta culposa dos advogados que representavam a autora, notadamente um caso de responsabilidade civil do advogado pela perda de uma chance. Entretanto, o erro aqui se revela quando da leitura do inteiro teor do referido acórdão, percebe-se que a indenização que foi conferida a autora se deu no valor integral do que a mesma pretendia na ação que fora arquivada, e ainda, a espécie de dano em que se enquadrou a indenização foi equivocada, já que concedida à título de lucros cessantes.

Relembrando, o valor de indenização pela perda de uma chance deve sempre ser inferior ao que se buscava inicialmente na ação originária, a indenização deve

²¹ SILVA, Rafael Peteffi da. **Responsabilidade Civil pela Perda de uma Chance: Uma análise do direito comparado e brasileiro**. 3ª Edição. São Paulo: Atlas, 2013, p. 214.

²² CARNAÚBA, Daniel Amaral. **Responsabilidade Civil pela Perda de uma Chance: A álea e a técnica**. Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka, Flávio Tartuce (Coord.). São Paulo: Método, 2013. p.176.

recair sobre a chance perdida e não sobre o total o prejuízo sustentado pela vítima, visto que um dano é autônomo em relação ao outro, e ainda, não há como saber com absoluta certeza que a mesma sairia vitoriosa na demanda, e por este motivo não deveria o advogado arcar com a totalidade do prejuízo.

Neste sentido, Daniel Amaral Carnaúba explica que a correta quantificação do dano em decorrência da indenização pela perda de uma chance seria medir a chance em questão levando em consideração o interesse que ela representa através de um cálculo das expectativas matemáticas, nas palavras do autor:

Trata-se de uma média ponderada, em que os possíveis resultados da chance são ponderados pela probabilidade de obtê-los. O produto dessa conta equivale ao valor médio que seria obtido por meio do evento aleatório, se ele fosse repetido muitas vezes. Representa o valor que a vítima poderia racionalmente esperar da chance, ou seja, a expectativa racional decorrente dessa oportunidade.

Esse cálculo há de ser feito em duas etapas. Num primeiro momento, determina-se qual seria o ganho auferido ou a perda evitada, se a vítima tivesse obtido o resultado aleatório esperado. Depois, esse valor será multiplicado pela porcentagem de chances que vítima perdeu em função do ato imputável ao réu. O resultado dessa conta será o montante a ser indenizado em razão da perda da chance. E esse valor, frise-se, é necessariamente inferior ao valor da vantagem final esperada.²³

Sérgio Savi é ainda mais específico, o mesmo esclarece como seria a adequada quantificação do dano decorrente da perda de uma chance quando esta é ocasionada por alguma atitude culposa do advogado:

Suponhamos que o advogado tenha ajuizado ação judicial para a cobrança de R\$ 10.000,00 (dez mil reais); que a sentença tenha sido proferida por um juiz inexperiente, que tenha analisado equivocadamente as provas e julgado improcedente o pedido de cobrança e que, após a publicação da sentença de improcedência o advogado do autor perca o prazo para a interposição do recurso de apelação.

Caso o juiz competente para julgar a ação de indenização movida pelo cliente contra seu advogado negligente chegue à conclusão de que o cliente tinha 90% (noventa por cento) de chance de ganhar o recurso não interposto, deverá partir do resultado útil esperado, no caso R\$ 10.000,00, e fazer incidir sobre este valor o percentual das chances perdidas, qual seja, 90%. Assim, nesta hipótese, o valor da indenização a título de danos materiais seria de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).²⁴

Através de ambas as noções trazidas pelos autores, se percebe que o que mais gera a incorreta aplicação da teoria da perda de uma chance, incluindo no que diz respeito a responsabilidade civil do advogado, é quando se trata da adequação do

²³ CARNAÚBA, Daniel Amaral. **Responsabilidade Civil pela Perda de uma Chance: A álea e a técnica**. Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka, Flávio Tartuce (Coord.). São Paulo: Método, 2013. p.180.

²⁴ SAVI, Sérgio. **Responsabilidade civil por perda de uma chance**. 2ª Edição. São Paulo: Atlas, 2009. p.69.

dano ao prejuízo sofrido pela vítima, e pior, no que diz respeito a quantificação do dano quando da valoração da indenização devida, são inúmeros os julgados que condenam o advogado a pagar ao cliente a quantia integral que se era pretendida na demanda inicial, o que, pelos motivos ante expostos, é totalmente descabível.

Todavia, é certo afirmar que, em que pese os tribunais ainda cometam equívocos, estes já reconheceram a juridicidade da teoria da perda de uma chance e que a mesma tem aplicabilidade nos casos em que o advogado age com culpa e priva o seu cliente de ter sua pretensão apreciada pelo Poder Judiciário.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do trabalho, foi plenamente constatada a aceitação da teoria da perda de uma chance perante os tribunais brasileiros, bem como a sua aplicabilidade nos casos de responsabilidade civil por parte do advogado.

Em que pese o dano decorrente de uma chance perdida ainda não se encontre presente na legislação brasileira é fato que tanto a doutrina quanto a jurisprudência já enfrentaram a problemática das chances perdidas e se indicam como plausível e justificável a indenização do dano que ocorre mediante a frustração de obter uma vantagem que ainda é futura e incerta.

Importante ressaltar que, como bem foi exposto no trabalho, não é qualquer dano decorrente de uma chance perdida que é passível de indenização, há de ser observados os requisitos para a que se tenha o dever de indenizar, como o fato de que as chances devem ser sérias e reais.

No que se refere a aplicabilidade da perda de uma chance mediante a conduta culposa do advogado se percebeu que a jurisprudência ainda não é harmônica, visto que há decisões que equivocadamente confundem a modalidade de dano em que a chance perdida se amolda, como já foi dito, esta seria um terceiro gênero de indenização entre o dano emergente e os lucros cessantes. Todavia, é comum encontrar julgados dos tribunais pátrios em que os mesmos alocam a chance perdida como sendo um dano emergente ou lucro cessante, ou pior, como sendo um dano moral.

A problemática que se apresenta em considerar a perda de uma chance como sendo um dano moral é justamente no valor da indenização, visto que o dano moral

dá larga margem de discricionabilidade ao magistrado para chegar à algum montante que o mesmo considere adequado. A teoria da perda de uma chance não funciona assim, como dito em momentos anteriores do presente trabalho, a valoração da chance perdida deve seguir critérios matemáticos, levando em consideração a probabilidade de êxito naquela oportunidade que foi privada pela ação de outrem.

Evidente que, diante de circunstâncias específicas pode ser difícil auferir de fato qual seria a probabilidade posta naquela situação fática, entretanto, isto não justifica virar a teoria da perda de uma chance aos avessos e considerar a espécie do dano como sendo um dano moral e valorá-lo de qualquer forma, já que a chance perdida deve seguir parâmetros próprios de compensação do dano, lembrando, o valor da chance perdida sempre deverá ser inferior ao valor total da vantagem esperada.

De todo modo, apesar dos equívocos cometidos, é de se considerar também os julgados que decidiram acertadamente quando do enfrentamento da referida teoria, o que demonstra que há meios pelos quais se possa ter consonância no que diz respeito a aplicabilidade da teoria da perda de uma chance, notadamente nos casos de responsabilidade civil por parte do advogado, que é um incidente clássico da teoria que se apresenta.

REFERÊNCIAS

CARNAÚBA, Daniel Amaral. Responsabilidade Civil pela Perda de uma Chance: A álea e a técnica. Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka, Flávio Tartuce (Coord.). São Paulo: Método, 2013.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil. 14ª Edição. São Paulo: Atlas, 2020.

PEREIRA, Cario Mario da Silva; TEPEDINO, Gustavo. Responsabilidade Civil. 12ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

SAVI, Sérgio. Responsabilidade civil por perda de uma chance. 2ª Edição. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Rafael Pateffi da. Responsabilidade Civil pela Perda de uma Chance: Uma análise do direito comparado e brasileiro. 3ª Edição. São Paulo: Atlas, 2013.

VASSILIEFF, Sílvia. A responsabilidade civil do advogado. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.



BULLYING: COMPORTAMENTO AGRESSIVO NAS ESCOLAS

Edí Marise Barni¹
Diego da Silva²

RESUMO: Este estudo apresenta uma discussão através de pesquisa bibliográfica acerca do tema *bullying*. Torna-se cada dia mais importante que ocorra, para que se possa informar a comunidade sobre os conceitos que estão relacionados a este assunto. Este trabalho tem por finalidade conscientizar os pais, professores e funcionários da educação buscando alternativas para por em prática ações preventivas que venham inibir e eliminar essas agressões nas escolas. O objetivo geral deste trabalho é verificar a necessidade urgente de esclarecer que o exemplo e o ambiente que a pessoa frequenta podem, e devem exercer uma função primordial em sua vida, já que sabe-se que o comportamento agressivo das crianças tem muitas vezes origem no seu convívio pessoal, e até incentivado por berros dos pais, humilhações e provocações sofridas por essas crianças em suas próprias famílias. Apontam-se algumas considerações sobre a necessidade de compreender as inter-relações entre escola e família, visando facilitar a aprendizagem e o desenvolvimento humano. A integração entre esses dois contextos é destacada como desafio para a prática profissional e pesquisa empírica.

Palavras-Chave: *Bullying*; escola; aluno; agressividade.

ABSTRACT: This study seeks to evoke a discussion by the research literature about the *bullying* issue becomes ever more important that occur, so that we can inform the concepts that are related to this topic. This study aims to educate parents, teachers and education officials to seek ways to put into practice preventive actions that may inhibit and remove such aggression in schools. This aim of this work is to verify the urgent need to clarify that the example and environment that the person may attend, and must exercise a pivotal role in his life, since it is known that aggressive behavior in children often has its origin in personal associations, and even encouraged by parents yelling, humiliation and harassment suffered by these children in their own families. Pointed out some considerations about the need to understand the interrelationships between school and family in order to facilitate learning and human development. The integration between these two contexts is highlighted as a challenge to professional practice and empirical research.

Key-Words: *Bullying*; school; student; aggression.

1 INTRODUÇÃO

Um debate de grande repercussão social existe em nosso meio com discussões visando a extinção de agressividade e violência, não somente envolvendo

¹ Pedagoga e psicóloga. Especialista em psicologia, recursos humanos, educação tecnológica superior, tutoria em EAD, educação especial e educação inclusiva, gestão do polo, docência em EAD. Formação em ludoterapia. Mestre em Educação pela PUC Paraná. Docente Uniandrade, UniEnsino e Prefeitura de Curitiba.

² Psicólogo, mestre em Medicina Interna. Docente da UniEnsino.

a sociedade em geral, mas também nas instituições de ensino, causadas pelo *bullying*, onde a existência de comportamentos agressivos tem se intensificado.

Diante desse assunto, vê-se a obrigação urgente não só de debatermos e compreendermos o *bullying* como também criarmos, em conjunto, ações que possam ser ativadas junto aos alunos, às suas famílias, às escolas e à sociedade de modo mais abrangente, a fim de minimizá-lo.

Através de levantamento bibliográfico acerca do tema, onde se procura auxiliar na compreensão de um problema a partir de referências publicadas em documentos, num processo que busca evidenciar e apresentar os conceitos de *bullying*.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS

Bullying é uma palavra de origem língua inglesa, onde *bully* quer dizer valentão, e que se faz referência a todas as formas de atitudes agressivas, verbais ou físicas, intencionais e repetitivas, que acontecem sem motivação evidente e são exercidas por um ou mais indivíduos, causando dor e angústia, com a intenção de intimidar ou agredir outro sujeito sem a possibilidade ou capacidade de se defender, sendo realizadas dentro de uma relação desigual de forças ou poder. (GUIMARÃES, 2009).

O *bullying* se classifica em duas categorias: A- *bullying* direto, que é a forma mais comum entre os agressores masculinos; e B- *bullying* indireto, sendo essa a forma mais comum entre mulheres e crianças, tendo como característica o isolamento social da vítima. Em geral, a vítima teme o agressor em razão das ameaças ou mesmo a concretização da violência, física ou sexual, ou a perda dos meios de subsistência.

O *bullying* é um problema mundial, podendo ocorrer em praticamente qualquer contexto no qual as pessoas interajam, tais como escola, faculdade/universidade, família, mas pode ocorrer também no local de trabalho e entre vizinhos. Há uma tendência das escolas não admitirem a ocorrência do *bullying* entre seus alunos; ou desconhecem o problema ou se negam a enfrentá-lo. Esse tipo de agressão geralmente ocorre em áreas onde a presença ou supervisão de pessoas adultas é mínima ou inexistente. Estão inclusos no *bullying* os apelidos pejorativos criados para humilhar os colegas. (AMORETTI, 1992).

O *bullying* é um fenômeno mundial tão antigo quanto a escola. Porém, foi na década de 1970, na Suécia, que surgiu um maior interesse da sociedade sobre este

problema, que logo em seguida estendeu-se para vários países. Foi quando na Noruega, doze anos mais tarde, em 1982 ocorreu o suicídio de três crianças entre 10 e 14 anos, motivadas pela situação de maus-tratos a que eram submetidos pelos seus companheiros da escola. (FERNANDEZ, 1994). Este fato teve grande repercussão nos meios de comunicação, mobilizando o governo Norueguês que fizera uma campanha nacional contra o *bullying* no ano seguinte. Nos Estados Unidos o tema é de grande interesse, pois o fenômeno cresce, ao contrario do Brasil, que ainda é pouco comentado e discutido. Estamos com 15 anos de atraso em relação aos estudos e tratamento deste comportamento, comparados aos países europeus.

3 COMPREENDENDO A RELAÇÃO DO *BULLYING* COM O AMBIENTE ESCOLAR

O primeiro contato para a percepção de *bullying* causou surpresa, pela diversidade de formas de violência que encontramos nas escolas. Por esse motivo, mostramos como questões direcionadas deste trabalho, com as seguintes dúvidas: qual o conceito que se tem sobre *bullying*? Quais atitudes a escola deve tomar perante os comportamentos agressivos na escola?; a família, que papel pode desempenhar diante de tudo isso? Quais as causas mais frequentes de agressão no âmbito escolar? Essas perguntas podem ser respondidas considerando o pensamento imensamente significativo de que “[...] a violência gera violência; só o amor constrói para a eternidade” (CARDOSO, 1967, p. 39). Para a autora, a violência pode ser uma resposta do aluno a vários questionamentos que o aborrecem, tais como: timidez, medo, cólera, etc. Já que “o homem é, sobretudo um reflexo do ambiente em que passou sua infância; este lhe imprimiu sua marca para toda a vida” (CARDOSO, 1967, p. 40).

Frente a essa situação, este artigo tem por finalidade, criar nos pais, professores e as demais pessoas envolvidas no campo educacional, uma atenção especial para a importância da realização de atitudes preventivas, diagnósticos de *bullying* nas escolas, com o intuito de que agressões e violência sejam transformadas em atitudes de amizade, cooperação, respeito e amizade. Além disso, orientar os mesmos quanto ao debate dessas ações violentas, dando oportunidades aos agressores para uma convivência saudável.

Para que esse objetivo se concretize, uma ação metodológica é apresentada; a pesquisa bibliográfica, que possibilita um completo alcance de informações que permite a aplicação de dados na elaboração do texto. Segundo Gil:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (1999, p. 65).

Pelo fato do *bullying* ser mais explícito no ambiente escolar, vemos este comportamento como uma forma de o indivíduo se reafirmar e se sentir acima das regras da instituição escolar e das pessoas ali envolvidas, com quem convive diariamente. Para entendermos melhor o tema, vemos como imprescindível mostrar os conhecimentos referentes à agressividade na escola, tendo como princípio a própria raiz do termo expondo algumas motivações para agressividade.

Este assunto só começa ganhar importância no século XXI, após anos de existência. Ele se mostra como prática de violência sem, contudo, ter motivo relevante e possui como ambiente característico as escolas. Porém, esta agressividade pode ser, de certa maneira amenizada pelas brincadeiras (mesmo que com outras intenções) ou justificadas pelos agressores como acidentais. Entretanto o que se vê são ações de terror e agressões graves praticadas sobre outros alunos, causando preocupação a educadores, pais e autoridades.

O ato *bullying* ocorre quando um ou mais alunos passam a perseguir, intimidar, humilhar, chamar por apelidos cruéis, excluir, ridicularizar, demonstrar comportamento racista e preconceituoso ou, por fim, agredir fisicamente, de forma sistemática, e sem razão aparente, um outro aluno. (RAMOS, 2008, p. 1).

Na linha desse pensamento é preciso que pais e educadores não desconheçam as ações do *bullying*. À justiça, “cabe intervir a fim de manter os princípios morais e sociais que todo cidadão tem direito” (GUIMARÃES, 2009, p. 03), já que como menciona o artigo 5º da Constituição Federal de 1988: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988).

Contudo, é primordial salientarmos que a cultura da qual fazemos parte, tem imenso poder sobre nosso comportamento, e assim, pode intervir nas agressões detalhadas pelas vítimas de *bullying*. Perante esta situação, põe-se em evidência o entendimento do que é cultura para Amoretti e que se reconhece como ato *bullying*. A cultura pode ser entendida:

Como sendo o conjunto de sentidos e significações, de valores e padrões, incorporados e subjacentes aos fenômenos perceptíveis de ação e comunicação de um grupo humano concreto. Este conjunto é vivido pelo grupo e por ele assumido como expressão própria de sua realidade humano social. É um conjunto que passa de geração a geração, conservado como foi recebido, ou transformado, efetiva ou pretensamente, pelo próprio grupo (AMORETTI, 1992, p. 122).

Conforme esse pensamento, admite-se que a cultura da violência possa ser instalada em uma sociedade ou em um grupo social que difunde este tipo de procedimento. Este conjunto que é vulgarizado, pode ser crescente nas escolas favorecendo a experiência violenta caracterizada pelo *bullying*. Nesta direção de pensamento, devemos manter muita atenção para as condutas exacerbadas que podem ser de ordens sociais, familiares ou outro problema de distúrbio de ordem psicológica por parte do agressor.

4 METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica por meio do estudo de autores, como: Amoretti (1992); Cardoso (1967); Fernandez (1994); Maluf (2009); Papalia (2001); Ramos (2008); Silva (2006). O texto foi desenvolvido através de análises sobre o que se diz sobre *bullying* e agressividade, o papel da escola e da família diante dos comportamentos agressivos, e ainda, quais as causas mais comuns de agressão no ambiente escolar, bem como as influências que o comportamento agressivo pode ter no processo ensino-aprendizagem.

Todas estas análises foram explicadas constatando o objetivo do trabalho, que é possibilitar a compreensão e esclarecimento do que é o *bullying* no ambiente escolar e as possíveis transformações de atitude agressiva em atitudes de companheirismo, solidariedade, respeito e amizade.

A partir destas análises verifica-se a necessidade de desenvolvimento de ações de prevenção ao agressor e que a família e os educadores estejam atentos a qualquer

sinal de ação agressiva, pois se observa que não há métodos diagnósticos prontos para se determinar o *bullyinista*, mas pode-se utilizar nas escolas o desenvolvimento de ações preventivas que visam a conversão de ambientes violentos em espaços de convivência amigável.

5 DISCUSSÃO E SUGESTÕES NA FORMA DE TRABALHAR O *BULLYING*

É importante frisar que o tratamento preventivo do *bullying* pode ser uma medida correta e eficaz, visto que sua vítima ao sofrer a agressão, guarda na lembrança aquele trauma por toda a sua vida.

Para Silva (2006), o *bullying* é questão séria que pode provocar na pessoa o sentimento de inferioridade relacionada ao aprendizado, ideias homicidas e tendência suicida, por parte de quem é vítima. A pessoa sofre interiormente, se fecha para qualquer relacionamento, sente-se insegura e inferior perante outras pessoas, costuma apresentar fobia social, psicoses, depressão e principalmente rendimento escolar abaixo da média.

As vítimas por não estarem acostumadas a esse tipo de situação que as expõem e humilham acabam sofrendo caladas e se fecham a todo tipo de atividades por sentirem medo de serem ridicularizadas. Sendo assim, ações de:

U Envolvimento de professores, pais e alunos é fundamental para a implementação de projetos de redução do *bullying*. A participação de todos visa estabelecer normas, diretrizes e ações coerentes. As ações devem priorizar a conscientização geral; o apoio às vítimas de *bullying*, fazendo com que se sintam protegidas; a conscientização dos agressores sobre a incorreção de seus atos e a garantia de um ambiente escolar sadio e seguro (NETO, 2005, p. 169).

Desse modo, é indispensável que os pais fiquem atentos aos filhos em casa ou na escola, sejam seus filhos vítimas ou agressores, a fim de que notem o problema no início e ajam o mais rápido possível, para que, de maneira expostos, tanto agressores como vítimas não venham a sofrer as graves sequelas provenientes do *bullying*, visto que, tais comportamentos de risco costumam prejudicar, não somente os agredidos e os que praticam o ato violento, mas também seus colegas não agressivos, professores, enfim, todos os responsáveis pela educação na instituição, já que se tornam pessoas sujeitas ao risco iminente de uma situação constrangedora

causada pelo *bullying*. Isso ocorre, porque não conseguimos prever o resultado de ações violentas por parte dos causadores, nem também, por eventual mudança de temperamento por parte da pessoa agredida.

Perante essa situação, o *bullying* se constitui um problema com crescimento mundial, com inúmeras e perigosas consequências individuais e sociais, É muito importante antever a violência e diminuir os efeitos, minimizando as situações que favoreçam a violência no ambiente escolar, a qual pode ser notada desde a infância, como resultado de desavenças familiares ou sociais.

A ação bullyinista, começa quase sempre quando a criança ou o jovem não respeita uma situação diferente da que ele quer, podendo ser motivada por questões que envolvem religião, raça, estatura física, peso, cor dos cabelos, deficiência visual, auditiva, vocal ou divergências de ordem psicológica, social, sexual e física; ou até com relação à força, coragem ou quaisquer habilidades.

Por ser de caráter agressivo e desrespeitoso, este comportamento, também anti-social, engloba discussões de cunho pessoal, e até atos criminosos, e em muitos casos a solução não é encontrada pelas autoridades escolares, por estarem além das suas competências.

Porém, é no ambiente escolar que o *bullying* acontece e deve ser tratado, passando de uma situação de agressões das mais variadas para um ambiente de disciplina, amizade, cortesia, e com espírito de cooperação para que se desfaça aquela situação de medo, sofrimento e violência.

Com base nessa breve análise, as perguntas que se apresentam são: por que tem acontecido um aumento no número de ações agressivas por parte dos estudantes?; o que realmente ocorre no interior das nossas escolas?; o que vem estimulando a agressividade nas instituições de ensino, quais as obrigações da escola, da família e da sociedade para que essa situação se amenize?

Vale ressaltar que muitas dessas situações agressivas, têm origem nas condições sócio-históricas dos alunos. Essas agressões violentas têm consequências graves, refletindo na relação dos alunos fora do ambiente das salas de aula.

Para ter-se essa confirmação, baseou-se em fatos evidentes necessários para um estudo sobre o *bullying* no ambiente escolar. Porém, é preciso tirar esta atitude de agressividade do centro das atenções, e trabalhar com visão focada na mudança de atitude do educando, baseando-se no respeito e na sensibilidade, incentivando-a, e

também ensinando-lhe aptidões para capacidades sociais, e assim, suas atitudes agressivas passem a ser contrárias fazendo oposição ao equilíbrio e ao respeito.

O procedimento violento proveniente do *bullying* provoca consequências drásticas na aprendizagem do agressor e do agredido, como também, transtornos graves. Pelo fato de a violência na escola ser considerada um problema universal, e não apenas da instituição, mas também da família e da sociedade, ela deve ser combatida por todos os envolvidos, já que quem sofre agressão e quem a provoca, sofre consequências negativas e tristes em suas vidas podendo ser imediatas ou tardias.

Assim, é necessário que a escola comece a ver o problema do *bullying* como uma entidade à parte e que reúna esforços por meio de intervenções e objetivos estimulando as aptidões e valores dos agressores, com a finalidade de desviar a atenção do mesmo, considerando-o como aluno especial, como os outros e não como aluno problema. Este seria um novo modelo de tratamento, com o objetivo de fazer o aluno se sentir importante como os demais. Este incentivo e a construção dessa consideração, faz a memória da criança não sentir atração por nenhum tipo de agressividade.

Desse modo, valoriza-se uma decisão efetiva dos professores no tratamento desses alunos com imparcialidade, provando que as interações reproduzem respeito e criam-se práticas necessárias e valiosas para toda a vida.

Assim sendo, o educador deve ter sempre a finalidade de incentivar nessas crianças pensamentos de igualdade e cooperação, sob característica transformadora e justa, que indiquem sempre que boas atitudes têm mais valor que muitas palavras. O que se deseja é que as escolas sejam ambientes seguros e agradáveis, que produzam chances intelectuais e sociais, por meio de uma educação vista como um modelo de crescimento do indivíduo, preparando-o para o exercício da cidadania.

O educador pode, assim contribuir para essa realização, fazendo uma análise permanente dos seus educandos, despertando neles os sentimentos de companheirismo, amizade, amor e atenção. A família do aluno também precisa ser incentivada e valorizada pela instituição escolar, não somente quando houver atitudes violentas das crianças, mas, principalmente, desenvolvendo atividades destinadas aos familiares dos alunos. Este estímulo à família é essencial, devendo acontecer

como uma decisão preventiva relacionada aos temperamentos agressivos e como um estreitamento dos laços entre os alunos e a escola.

Sendo assim, é indispensável que as instituições avaliem as formas de atrair os familiares ou responsáveis para a escola, e se essa parceria for bem executada a chance de mudanças de comportamentos agressivos na escola, no ambiente familiar sempre para melhor, aumenta consideravelmente.

É partindo dessas reciprocidades e do trabalho social de exteriorização do problema da violência que a escola começa a compreender que eles não são indicativos do que os alunos querem ser, mas como afirma Beaudoin; Taylor (2006) são resistências das quais eles tentam escapar e podem aprender a controlar.

Diante do exposto, é perceptível que a escola tem a obrigação histórica de gerar um ideal e uma ação crítica e comunicativa como referência ao processo da sociedade e da violência, especialmente no ambiente escolar, agindo com antecipação moral e pedagógica, ajudando na organização e valorização do homem como cidadão do seu tempo.

Em consequência de tudo isso, a escola tem, além de coibir as ações violentas, mas também tentar transformar, com o apoio familiar e da sociedade, essa agressão em temperamento amigável, usando de muito diálogo, sendo uma base de solução para o problema, de maneira que o aluno se sinta na interação do problema e não nos agressores.

Portanto, a relevância de ações interventivas de exteriorização das questões, está centrada no fato de que eles se multiplicam diversas vezes, por uma infinidade de circunstâncias da vida; devendo ser percebidas e analisadas pela família, pela escola e também pela sociedade, para que atitudes violentas e as relações de desrespeito sejam evitadas, pois o caminho mais seguro a seguir é criar boas perspectivas de mudança de ações de comportamentos agressivos em atitudes respeitadas com o efetivo apoio familiar.

Em seguida, é dever de a escola estimular o acompanhamento das famílias na escola, já que a questão do *bullying* supera os obstáculos institucionais e produz uma base psicológica e determinante que está além do ambiente escolar. Por tudo isso, as manifestações dos problemas de violência além de produzir comportamentos amistosos promovem a responsabilidade por sua ligação com o desrespeito e a violência. É preciso que se criem princípios pelos quais os agressores pensem sobre

seu período agressivo, na infância ou adolescência, e consigam ajuda dos responsáveis, escolas e profissionais, para que esse comportamento seja transformado, sempre, e para melhor.

Em termos particulares, diante desta realidade que ocorre na escola as questões relativas à violência podem, e devem ser abordadas com novas atitudes, a fim de fortalecer os agentes agressores e proteger as vítimas das práticas externas referentes ao agressor e à violência. Partindo dessa realidade a escola deve evitar tratar de modo igual os desiguais, e procurar valorizar a diversidade com o propósito de ensinar e reconhecer os aspectos que demonstram as diferenças existentes nas salas de aula. Mesmo com as diferenças existentes, os alunos precisam ser tratados com respeito, e só assim, os valores indispensáveis para o seu encaminhamento na vida serão alcançados.

Desse modo, é importantíssimo que os estabelecimentos escolares continuem buscando a aproximação com as famílias dos alunos, especialmente com pais, responsáveis por aqueles que tem temperamentos agressivos, e com essa parceria a possibilidade da transformação dos comportamentos agressivos e do convívio escolar, é realizada e conseqüentemente haverá melhor rendimento na (re) orientação dos educandos. A escola precisa procurar, de um modo geral, alcançar seus planos determinados, referentes aos casos de *bullying*, focada na realidade e no dia-a-dia do aluno, agressor ou agredido, com a finalidade de fortalecer os comportamentos positivos, priorizando-se a realidade cultural e social do aluno.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *bullying* precisa e deve ser tratado como um assunto importante pela escola, família e sociedade, já que é um motivo de violência que indica desigualdade e injustiça social, e ainda pressões psicológicas ou físicas e emocionais de curto e longo prazo. Essas desigualdades causam dificuldades nos estudos, no convívio social, e afeta o seu lado emocional.

Por tudo isso, é preciso que se estabeleçam atitudes a serem organizadas com objetivos focados no agressor e ao mesmo tempo ter a atenção voltada para a vítima. É primordial que os professores e família, especialmente, fiquem atentos a qualquer indício de ação violenta; já que é praticamente impossível uma previsão de quando o ato bullyinista irá acontecer e assim todos devem estar cautelosos, especialmente

com relação àquelas crianças com tendência a temperamentos anti-sociais, e assim, qualquer prática de *bullying* ser detectada e combatida

REFERÊNCIAS

AMORETI, R (org.). **Psicanálise e Violência: Metapsicologia – clínica – cultura**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1992. 152p.

BEAUDION, M; THAYLOR, M. **Bullying e Desrespeito: como acabar com essa cultura na escola**. 1. ed. Porto Alegre: Artmed. 2006. 232p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. promulgada em 1988. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 15/06/2011.

CARDOSO, O. B. **Problemas na Infância**. 5. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967. 211p.

FERNANDEZ, A. **A mulher escondida na professora: uma leitura psicopedagógica do ser mulher, da corporalidade e da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. 182p.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUIMARÃES, J. R. **Violência escolar e o fenômeno ‘bullying’**. A responsabilidade social diante do comportamento agressivo entre estudantes. 2009. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/41126>>. Acesso em: 15/06/2011.

MALUF, M. I. **Bullying: O Triângulo da Agressividade**. 2009. Disponível em: <http://www.nota10.com.br/novo/web/artigos_view.php?id_artigos=420>. Acesso em: 15/06/2011.

NETO, A. A. L. Bullying: comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**, v. 81, n. 5 (supl.), p. S164-S172. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jped/v81n5s0/v81n5Sa06.pdf>>. Acesso em: 15/06/2011.

PAPALIA, D. E. **O mundo da criança**: da infância à adolescência. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1981. 640p.

RAMOS, A. K. S. **Bullying**: A Violência Tolerada na Escola. 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/802-4.pdf>>. Acesso em: 15/06/2011.

ROSS, A. O. **Distúrbios Psicológicos na Infância**: uma abordagem comportamental à teoria, pesquisa e terapêutica. 1. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1979. 285p.

SILVA, G. J. Bullying: quando a escola não é um paraíso. **Jornal Mundo Jovem**, ed. 364, p. 2-3, março/2006. Disponível em: <<http://www.mundojovem.pucrs.br/bullying.php>>. Acesso em: 15/06/2011.

TIERNO, B. **Ajudar os filhos em seus problemas**. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 1996. 222p.

Uniguacu
Centro Universitário

GASTRONOMIA E CULINÁRIA: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO MUNICÍPIO DE BITURUNA -PR

Gracielli Andressa de Moura¹

Lina Cláudia Sant'Anna²

Ivonilce Venturi³

Libardone Brustulim⁴

RESUMO: A gastronomia é considerada o ato de consumir alimentos de diversas maneiras e variedades para dispor nutrientes que o organismo necessita e nas quantidades adequadas, respeitando o modo de comer e dimensões das práticas alimentares da cultura e sociedade. O alimento e a comida apresentam conceitos diferenciados, enquanto o alimento, na teoria antropológica, consiste em qualquer nutriente biologicamente ingerível, comida resulta numa escolha, numa seleção de alimentos que é realizada culturalmente do que pode ser comestível ou não permeando a aceitação cultural. Os estudos sobre a imigração italiana para o Brasil tornam-se importante de cunho social, pois os conceitos da imigração italiana e o legado cultural gastronômico fazem parte da cozinha brasileira, considerando os hábitos alimentares relevantes para a expressão de identidade. Uma herança cultural deixada pelos imigrantes italianos no Brasil é a culinária. A comida italiana é muito consumida pelos brasileiros que possuem preferência pelos pratos de massas como pizzas, macarronada e lasanha e, ao longo dos tempos acrescentaram alguns ingredientes a esses pratos tornando-os mais saborosos do gosto brasileiro. Neste contexto o presente estudo tem como principal objetivo compreender as origens e evoluções da Culinária Italiana no município de Bituruna – PR. No total, 15 pessoas participaram da entrevista, sendo eles imigrantes e descendentes de italianos de idades entre 20 a 89 anos, 66,66% (n=10) dos participantes eram do sexo feminino e 33,33% (n=5) deles do sexo masculino. Foram entrevistadas 3 famílias de sobrenomes diferentes sendo eles 99% (n=14) descendentes e 1% (n=1) imigrante. Conclui-se que os hábitos trazidos e cultivados pelos imigrantes ainda são preservados. É possível observar mais especificamente na culinária que alguns costumes perderam sua veracidade por necessidade de adaptação à produção agrícola, aos cultivares e também à criação de animais. Outros mantiveram-se, em sua totalidade. Tudo isso conferiu aos descendentes de italianos no Brasil atributos e particularidades singulares. Além das contribuições culturais, os imigrantes italianos colaboraram em todos os aspectos para o desenvolvimento social, político, econômico e religioso das cidades coloniais brasileiras.

Palavras-chave: Culinária italiana. Imigração. Intervenções culturais.

ABSTRACT: Gastronomy is considered the act of consuming food in various ways and varieties to provide nutrients that the body needs and in adequate quantities, respecting the way of eating and dimensions of the food practices of culture and society. Food and food present different concepts, while food, in anthropological theory, consists of any biologically ingestible nutrient, food results in a choice, a selection of foods that is carried out culturally of what can be edible or not permeating cultural acceptance. The studies about the Italian immigration to Brazil become important of social nature, because the concepts of Italian immigration and the gastronomic cultural legacy are part of the Brazilian cuisine, considering the relevant food habits for the expression of identity. One cultural heritage left by the Italian immigrants in Brazil is the cuisine. Italian food is widely consumed by Brazilians who have a preference for pasta dishes such as pizza, macaroni, and lasagna, and over time they have added some ingredients to these dishes making them more palatable to the Brazilian taste. In this context, the present study has as its main objective to understand the origins and evolution of Italian cuisine in the municipality of Bituruna – PR. A total of 15 people participated in the interview, being immigrants and

¹ Acadêmica de Nutrição do Centro Universitário Vale do Iguaçu.

² Mestre em Nutrição pelo programa pós-Graduação em Nutrição pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente do Curso de Nutrição do Centro Universitário Vale do Iguaçu- Uniguacu. Email para contato: prof_lina@uniguacu.edu.br

³ Doutora em Ciências Farmacêuticas pela Universidade do Vale do Itajaí.

⁴ Mestre em Ciências da saúde pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Italian descendants aged between 20 and 89 years old, 66.66% (n=10) of the participants were female and 33.33% (n=5) of them were male. Three families of different surnames were interviewed being 99% (n=14) descendants and 1% (n=1) immigrant. It is concluded that the habits brought and cultivated by the immigrants are still preserved. It is possible to observe, more specifically in the cuisine, that some customs have lost their veracity due to the need to adapt to agricultural production, to the cultivars and also to animal husbandry. Others have been maintained, in their totality. All this has given the Italian descendants in Brazil unique attributes and particularities. Besides the cultural contributions, the Italian immigrants collaborated in all aspects for the social, political, economic and religious development of the Brazilian colonial cities.

Keywords: Italian cuisine. Immigration. Cultural interventions.

1 INTRODUÇÃO

Considerando a gastronomia como um requisito básico para a perpetuação de um povo e que desempenha um papel importante na consolidação de uma cultura, as investigações etnográficas sobre hábitos de vida de grupos populacionais realizada demonstram o quão importante é a alimentação como elemento basilar na construção da identidade cultural dos povos, constituindo uma das barreiras de resistência à mudança (ABREU, 2001).

De acordo com Araújo (2015), alimento e comida apresentam conceitos diferenciados, enquanto o alimento, na teoria antropológica, consiste em qualquer nutriente biologicamente ingerível, comida resulta numa escolha, numa seleção de alimentos que é realizada culturalmente do que pode ser comestível ou não permeando a aceitação cultural.

O ato alimentar, na visão de Poulain (2002 apud Jomori et al., 2008), ocorre de acordo com regras impostas pela sociedade, a qual influencia a escolha alimentar, sendo esta regra apresentada pelas maneiras do preparo dos alimentos, montagem de pratos, rituais de refeições que contribuem para o processo de identidade cultural, utilizado também como representação simbólica de um povo.

Uma herança cultural deixada pelos imigrantes italianos no Brasil é a culinária. A comida italiana é muito consumida pelos brasileiros que possuem preferência pelos pratos de massas como pizzas, macarronada e lasanha e, ao longo dos tempos acrescentaram alguns ingredientes a esses pratos tornando-os mais saborosos do gosto brasileiro (OLIVEIRA, 2006).

Nesse sentido, o presente estudo busca uma investigação a respeito dos italianos, a imigração e os hábitos alimentares enfocando os aspectos gastronômicos

e culinários tão importantes para o estabelecimento da identidade cultural de determinados povos.

2 METODOLOGIA

O presente estudo tratou-se de uma pesquisa de campo, aplicada, descritiva, exploratória e qualitativa.

A pesquisa foi realizada seguindo as normas que regulamentam o Núcleo de Ética em pesquisa do Centro Universitário Vale do Iguaçu, a qual foi aprovada segundo protocolo nº 2021/038.

A população estudada compreendeu imigrantes e descendentes Italianos, residentes de Bituruna- PR de ambos os sexos, com idades entre 20 e 86 anos. Foram convidadas a participar da pesquisa 5 integrantes de 3 famílias diferentes. A escolha dos entrevistados se deu com base nos conhecimentos e hábitos de vida das famílias visíveis pela população biturunense.

Os participantes receberam uma explicação sobre o propósito do estudo e foram orientados de forma objetiva da importância de informar corretamente os dados para a pesquisa. A coleta de dados se deu por meio do preenchimento de um questionário elaborado pela própria pesquisadora em *Formulários Google* enviado para os participantes de uma das famílias por redes sociais como *Facebook* e *WhatsApp*. Outras duas famílias receberam o questionário em forma impressa em suas residências. Os entrevistados idosos tiveram o auxílio dos familiares para o preenchimento do questionário

O questionário foi composto por questões abertas e fechadas. As perguntas tiveram uma sequência predeterminada de acordo com os objetivos propostos da pesquisa, sendo eles; identificar as intervenções culturais dos imigrantes italianos nos pratos e receitas, estudar a diversidade de ciclos migratórios e suas modificações ao longo do tempo e analisar como as diversas influências constituíram as características gastronômicas no Sul do Brasil.

Realizou-se uma roda de conversa com os participantes após a aplicação do questionário para melhor conhecimento sobre seus costumes italianos e como se deu início em suas famílias. A coleta de pontos importantes da conversação foi feita pela autora da pesquisa usando um bloco de anotações e um gravador digital.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No total, 15 pessoas participaram da entrevista, sendo eles imigrantes e descendentes de italianos com idades entre 20 a 86 anos sendo 66,66% (n=10) do sexo feminino e 33,33% (n=5) do sexo masculino. Foram entrevistadas no total 3 famílias de sobrenomes diferentes sendo eles 99% (n=14) descendentes e 1% (n=1) imigrante.

Os sobrenomes italianos dos entrevistados destacados foram: Levis, Bertolletti e Masieiro. Interessante foi ver que, os familiares se sentiram ligeiramente lisonjeados em participar da pesquisa, como disse o entrevistado de P. L. (86 anos).

“ É extremamente gratificante ter a honra de compartilhar com as pessoas de fora de como é nosso dia a dia, pois tudo que meus pais ensinaram eu tenho orgulho de passar para meus netos, assim eles terão o sentimento de como é viver na Itália, e saborear comidas deliciosas”.

A fala de P. L. (86 anos) é convergente com a atividade turística desenvolvida no espaço rural, como prática social e força econômica das comunidades locais, que apresentam possibilidades para a preservação da cultura, aliada à fé e à religiosidade.

No município de Bituruna, vivem descendentes de diversas origens étnicas, das quais pode-se citar os alemães, italianos, afrodescendentes, portugueses, entre outros. Percebeu-se que os descendentes de cada etnia tentam preservar sua origem através de seus costumes, mas através da pesquisa feita foi possível verificar que a influência da cultura italiana é a que mais se destaca nesta questão.

Dos entrevistados, 73,33% (n=10) consideraram que os descendentes de italianos são os que mais se destacam em relação à influência dos costumes na região Sul sendo que 20% (n=3) das pessoas consideraram os italianos e os alemães, e apenas 6,66% (n=1) afirmaram que hoje em dia todos os povos se destacam, devido à miscigenação das etnias. Ou seja, a descendência italiana é presença marcante em toda a região.

Segundo Antunes (2013), a identidade étnica no Sul do Paraná de imigração italiana resultou da construção histórica e cultural comuns. Independente da região de origem da Itália, todos se definem como “italianos” e “herdeiros” do legado da polenta, do vinho, das cantorias e de muito trabalho.

O percurso das famílias até chegarem ao município de Bituruna, então descrito pelos entrevistados, apontou que as famílias vieram de cidades próximas a Rio Grande

do Sul. A maioria vivendo em áreas rurais. É importante destacar que das três famílias entrevistadas, apenas uma sabia exatamente qual a cidade de origem das famílias na Itália, como relatou J.M. (76 anos):

“Me lembro até hoje quando tinha apenas 10 anos, meus pais diziam muito da sua terra natal, região do Vêneto, lá do norte da Itália chegaram aqui no Brasil em 1945, eles diziam que tudo lá era esplêndido ”.

Com relação à percepção dos entrevistados em destacar a gastronomia italiana como sendo a mais proeminente no município de Bituruna, a maioria considerou que este fato se deve ao grande número de descendentes italianos residentes no local. No entanto, também destacaram que o descendente italiano é aquele que mais cultiva suas tradições e costumes, por isso se destaca perante os demais. Outros, ainda, colocaram que é devido à vontade de trabalhar dos italianos, com a manutenção das lavouras, foram marcando território, produzindo mais, e assim, destacando-se na cultura e na tradição.

Os descendentes imigrantes italianos entrevistados possuem as seguintes profissões: agricultores, empreendedores e do lar. Uma das famílias fez referência de que o bisavô era lenhador na Itália, como destacou um dos entrevistados C.M. (38 anos).

“ Meus pais diziam que na Itália não era nada fácil, que era difícil ter um ganha pão, era difícil ter o que colocar na mesa no Natal, o trabalho era muito pesado, vieram para o Brasil e construíram um grande legado .”

Os entrevistados definiram a etnia italiana, como sendo um povo trabalhador, acolhedor, respeitador de suas origens, um povo religioso, unido, alegre, honesto, entre outros,

Em relação ao aspecto da cultura italiana a qual os moradores consideram que deve ser preservada, a maioria colocou a gastronomia (culinária), o dialeto e a religiosidade professada pelos descendentes é na maior parte constituída por católicos, sendo um evangélico, e um que não declarou sua confissão religiosa, comentou J.N.L. (42 anos),fluyente da língua Italiana:

Aprendi aos 5 anos de idade a falar a língua Italiana, aprendi com meu pai que era fluente e praticamos até hoje aqui em casa, compartilho todos os meus conhecimentos com minha família, um dia quero levar eles na terra natal dos meus pais ”.

A gastronomia tem uma enorme importância para os moradores do município de Bituruna pois é um dos aspectos mais destacados pelos entrevistados para que seja preservado nas festas nos municípios. A gastronomia italiana vem cada vez mais dominando o território biturunense, e com isso muitos restaurantes vem construindo sua história através das comidas típicas italianas. Segundo os entrevistados, são os pratos típicos que despertam a curiosidade dos turistas, que buscam conhecer um pouco mais da cultura italiana que é predominante nessa região.

Em relação ao item alimentação se revelou onde está presente o *locus* mais forte da cultura italiana, pois quase todos os entrevistados fizeram referências às massas de uma ou outra forma: macarrão, lasanha, *tortellini* e *cappelletti*.

Somente um dos entrevistados não fez referência às massas, visto que é o prato mais apreciado pelos biturunenses, foi de grande surpresa o arroz com feijão, segundo os entrevistados, acompanhado do bife e batata frita e outros dois entrevistados fizeram referência ao churrasco e à feijoada.

A culinária Italiana no município de Bituruna se torna cada vez mais predominante. Durante as entrevistas foi possível observar através das falas dos entrevistados que muitas receitas que hoje fazem parte do cardápio do dia a dia foram confeccionadas pelos seus antepassados, e que nos dias de hoje, sofrem pequenas alterações em suas características como os temperos.

Segundo os entrevistados nos dias atuais não são utilizados temperos naturais e sim os semiprontos fabricados, já pelos seus antepassados era utilizado especiarias mais comuns como; alho (*aglio*), pimenta (*pepe*), manjericão (*basilico*), alecrim (*rosmarino*) e açafrão (*zafferano*), de acordo com as mulheres (*mammas*) esses temperos dão um sabor diferenciado para a receita, e que, lembra muito a casa de avó, mas que hoje não é tão utilizado pela falta de tempo para o cultivo.

Tudo que era utilizado na cozinha era fabricado nas próprias terras da família. Uma das primeiras culturas agrícolas adotada pelo imigrante italiano do Rio Grande do Sul foi a cultura do trigo. De modo peculiar nas regiões de colonização italiana, o preparo do pão é realizado através de um trabalho artesanal, que consiste desde a preparação do fermento caseiro até o processo de assar em forno feito de tijolos, e que hoje esse modo é parcialmente preservado nas famílias, relatou C.M. (38 anos).

“ *Minha mãe tinha um fogão enorme e um forno feito de tijolos vermelhos do lado de fora da casa, ela assava seus pães e bolos quando vinha visita e ela ainda usa* ”.

A farinha de trigo não servia somente para o pão, mas também era utilizada para o preparo de outras massas. “Estas podem ser doces, a exemplo de bolachas, cucas e *grostolis* ou salgadas, as mais comuns são talharim, espaguete e nhoque” (CONFORTIN,1998, p.138).

De acordo com os entrevistados, atualmente é raro uma família ter plantação de trigo para o próprio consumo no município, pois o acesso aos supermercados e mercearias é mais fácil e não precisa ter todo o trabalho de plantar, cuidar e colher, sendo que ele é encontrado pronto no comércio.

Costa et al (1986) discorrem sobre os hábitos alimentares dos imigrantes, a famosa polenta para o café da manhã, era feita em uma panela de forma cilíndrica regular com cabo grosso, suspensa por uma corrente, o *brondin* ou a *caldrola*. Também se utilizava a *caliera*, que era uma panela robusta, com alça, usada por aqueles que tinham fogão com chapa.

Segundo os entrevistados a polenta era e ainda é preparada mais dura do que hoje em dia, depois de pronta, com uma colher de madeira, *el mescol* e a polenta era derramada em uma tabua de madeira, *el taier de la polenta*. Após era levada à mesa já cortada por uma linha de costura. As sobras eram guardadas para o almoço do mesmo dia, para ser grelhada ou sapecada na *gradela*, os entrevistados relataram que as misturas mais comuns que tinham e ainda tem na mesa é o queijo e o salame. E que hoje a polenta é acompanhada por molho vermelho com carne de galinha caipira; passarinho frito e, também, com chicória e tocinho cozido em ervas temperadas com vinagre tinto.

O arroz era e ainda é plantado perto dos banhados e beneficiado, nas próprias instalações das famílias. Além das comidas conhecidas, os primeiros imigrantes comiam a *minestra de fasoi* e *taiadele*. De acordo com os comentários dos entrevistados foi possível identificar que a *minestra de fasoi* e *taiadele* é a sopa de feijão com massa feita com ovos caipira e farinha de arroz, e para acompanhar pedaços de pães, e que hoje é feito da mesma forma.

Segundo os entrevistados outras massas também integravam e ainda integram o cardápio dos colonos, como o *bigoli* (macarrão), o *gnóchi* e o *fidelini* (macarrão bem

fininho). Também são postos à mesa, carne de porco *lessa*, rabanetes, *i capussi agri*, ou os *crauti*: camadas de repolho alternadas com sal fritadas na banha quente. Foi possível identificar que os ingredientes utilizados para a confecção do macarrão continuam o mesmo, porém houve modificações em relação ao formato da massa, seus antepassados costumavam utilizar rolos de madeiras para poder esticar massa preparada, já nos dias atuais os colonos contam com cilindro elétricos.

Os entrevistados destacaram também o filó, quando os vizinhos se visitavam à noite. As mulheres preparavam pipoca, *el mandolin* (amendoim), batata doce assada, o tradicional brodo (caldo de galinha), pinhão, *sfregolà*, pão de milho e outras iguarias. Tudo isso, lógico, acompanhado ao bom vinho direto dos barris do porão, notou que esse hábito ainda é praticado pelos descendentes mais antigos, porém, não da mesma forma.

Confortin (1998) faz referência à importância do parreiral no território brasileiro. Na tentativa de reconstituir a vida na nova pátria segundo os costumes e, sobretudo, a cultura agrícola da Itália, o imigrante procurou resgatar e implantar, no Brasil, tudo que foi possível. A videira foi uma das culturas agrícolas que mais se adequou à geografia local. O imigrante se dedicou desde o preparo do solo para a instalação do parreiral até a fabricação do vinho, um dos descendentes mais velhos P.L. (86 anos) destacou;

“Não utilizamos a uva só para a fabricação de vinhos a uva é, também, para a fabricação de sucos, geleias e vinagre para comer com torresmo”.

A produção de vinhos ainda continua muito forte no município de Bituruna, por esse motivo considerada como terra do vinho. M.B. (28 anos) proprietária de umas das maiores vinícolas do município relatou;

“Os parreirais são meu ganha pão, meus pais me deixaram esse legado e essa responsabilidade sem o cultivo da uva não teríamos criado nossa marca, que é o vinho Bertoletti não tem quem não tenha em casa pelo menos uma garrafa vazia para colecionar, quando é época de cultivo tudo aqui em casa é uma festa”.

Importante consideração deve ser feita sobre a reza antes das refeições; em quase todas as famílias se *dizeva la preghiera* antes de se sentarem à mesa, comentou J.N.L. (42 anos):

“Meu pai ficava cuidando quem não rezasse não iria ganhar sobremesa quando tinha, era uma forma de honrar o alimento que tínhamos dado duro para plantar e colher”.

Quanto à língua italiana, apenas três integrantes das famílias, apresentavam certo conhecimento da língua, pois uma das entrevistadas morou por alguns meses na Itália e a família dos outros dois entrevistados têm parentes trabalhando na Itália. Porém, os outros entrevistados revelaram não ter de nenhum conhecimento da língua italiana, P.L. (86 anos) relatou:

“Meus pais usavam muito a língua italiana para xingar eu e meus irmãos, eles acham que não saberíamos o que era, mas de tantas vezes ouvir conseguimos adivinhar”.

A música italiana com exceção de uma entrevistada que disse apreciar as canções de Laura Pausini, e outra que fez referência a “Anima e cuore” e “Caruso”, disseram não conhecer a música italiana. A exceção foi uma entrevistada que morou e trabalhou na Itália que afirmou apreciar a música italiana, mas que prefere a brasileira, J.M. (65 anos) comentou:

“A música italiana sempre esteve presente em minha casa, quando aprendia tocar gaita meus pais me ensinaram o dialeto italiano e eu amo cantar quando estou capinando na roça com meus netos.”

Outro aspecto importante que os imigrantes italianos trouxeram para o Brasil e que ainda é mantido é a arquitetura, casas feitas a alvenaria sofisticada. Além da madeira e a pedra, segundo relato dos entrevistados seus descendentes começaram a introduzir tijolos e ornamentos em vidro e ferro após a modernização das vilas onde moravam. Segundo o entrevistado P.L. (86 anos):

“As casas geralmente tinham dois andares principais, além de um porão na parte subterrânea e um sótão logo abaixo do telhado.”

Há uma forte semelhança entre as casas na Itália e as construídas no Brasil, já que os climas são bem parecidos; as estruturas são simétricas, pouco ousadas e com linhas retas; em geral, o espaço reservado para a cozinha é grande; uso de cores vivas; casas com o telhado aparente; janelas estreitas; muitos quartos, P.L. (86 anos) destacou:

“Na casa de minha bisavó tinha dez quartos, duas cozinhas, três banheiros além de uma sala e área gigantesca, era perfeito para encontro com os familiares e ela continua de pé e todos os seus bens ainda estão dentro dela”.

Segundo Badalotti (2014), as casas eram construídas em grande estrutura já que as famílias italianas eram grandes, e geralmente era dividida em duas partes sendo uma delas quartos e sala e outra apenas cozinha.

Durante a entrevista foi possível fotografar a casa dos pais de um dos entrevistados que segundo ele vieram a falecer há mais de 45 anos, e por orgulho do legado deixado, manteve a maior parte de seus bens nela. A casa hoje se tornou um ponto turístico apenas para pessoas autorizadas pela família a entrar nela e tocar nas relíquias deixadas, sendo que muitas delas vieram nas malas de seus pais.

As casas dos entrevistados que residem em Bituruna foram construídas pelos bisavós falecidos de um dos entrevistados há mais de 90 anos. Foram observadas diversas repartições como salão, porão, sótão, corredores que davam acesso aos quartos e uma cozinha onde as famílias se reuniam para fazer suas refeições. Em uma das casas visitadas, o porão possuía uma pequena vinícola com maquinários para processar a uva e grandes barris para armazenar o vinho, vinagres e demais produtos elaborados através da uva prensada.

No local foi possível encontrar vários objetos feitos de maneira artesanal pelos imigrantes que habitavam no local como o barril, em italiano *barrile*, um recipiente cilíndrico oco, tradicionalmente feito de varas de madeira vertical e ligadas por aros de madeira ou metal, era usado pelas *mammas* (mulheres) para puxar água das vertentes para cozinhar.

No casarão também estavam alguns objetos trazidos da Itália, como; lampião que segundo os entrevistados era abastecido com álcool e utilizado à noite; garrações protegidos por vimes que poderiam ser carregados como uma bolsa; relógios de mesa e de bolso, botas e chinelos feitos artesanalmente; cestas artesanais e objetos para decoração de mesa; materiais para construção (régua medidoras, serrotes, esquadros) e alguns livros, canetas, e diários que eram escritos pelos descendentes de italianos que moravam no local e principalmente livros de receitas as quais eram escritos pelas mulheres (*mammas*) da casa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo foi possível identificar que nas regiões do Paraná, principalmente no município de Bituruna - PR, existem diversas maneiras de identificar

expressões culturais, as quais preservadas através das famílias descendentes e imigrantes entrevistados que residem no município. O primeiro deles é o dialeto italiano que carrega a característica cultural dos imigrantes italianos, a qual era praticada nas missas e reuniões familiares e até mesmo na vida diária das gerações futuras, especialmente em comunidades do interior do município.

O trabalho na área rural, de resistência e braçal, da agricultura que persistiu em se estabelecer também é um grande legado deixado pelos imigrantes italianos, além do instinto para fazer negócios por meio de fabricação de vinhos, embutidos e principalmente massas artesanais feitas com produtos coloniais.

Na arquitetura, a influência italiana destaca-se na construção de casas de madeira com porão. Também em pequenas cozinhas com porão de pedra que, hoje, funcionam para fabricação de vinhos.

Na religiosidade, constata-se que a mais de 20 anos era realizado missas em dialeto Italiano em diversas comunidades do interior do município de Bituruna. Em relação às músicas, as tradições são mantidas por coros e grupos étnicos. As canções que cantavam em suas apresentações retratavam a imigração, o trabalho no campo, a moradia em uma nova casa, o desejo de volta à cidade natal e hinos religiosos.

Fundamenta-se, ainda, a manifestação da cultura, mantida como tradição, na mesa dos biturunenses por meio da preparação de receitas típicas que vão além das apresentadas no artigo, da colheita da uva para a fabricação de sucos, vinhos e derivados, destinados à venda no comércio ou para o consumo das próprias famílias.

No município a culinária italiana predominou ganhando novas técnicas de preparo e receitas únicas. Os preparos desenvolvidos pelos brasileiros, como a polenta ao molho de frango caipira, embutidos, molhos à bolonhesa e vários outros, são inspirados no conhecimento das colônias espalhados por todo o território Sul. A base alimentar dos imigrantes italianos da cidade de Bituruna era baseada em salame, polenta com queijo e radite, broa e vinho.

Essa cozinha legítima originou não só a diferentes receitas e técnicas, mas a um povo característico de se sentir italiano mesmo nascido em território nacional. A culinária foi o elo e o transporte para uma viagem a vida dos ancestrais. Gerações que alimentam nostalgias de um território que tão pouco conheciam, desenvolveram a gastronomia típica para promoverem histórias, turismo, a cultura e preservar o dialeto.

Nos dias de hoje, a sociedade passa por uma crise de princípios de alienação de sua própria história e passado. Observando os antecedentes históricos da imigração e colonização italiana, torna-se visível o quanto é importante para as futuras gerações de hoje manter a cultura herdada em cada família, tornou-se uma forma de reconhecer, valorizar e engrandecer o patrimônio contemplativo.

Grande parte dos hábitos trazidos e cultivados pelos imigrantes foram preservados. Como se pode observar neste artigo, em específico a culinária, alguns hábitos perderam sua importância por necessidade de adaptação à produção agrícola do Brasil, a produção agrícola em grande diversidade de plantas, à criação de animais, enfim, à vida no Brasil, à realidade local. Outros mantiveram-se, em sua totalidade. Outros, ainda, foram esquecidos por muitos motivos. Tudo isso pressupõem a características específicas à essência dos descendentes italianos no Brasil, já que imigração italiana, contribuiu para o desenvolvimento político, econômico e social do município.

REFERÊNCIAS

ABREU, E. S. DE et al. Alimentação mundial: uma reflexão sobre a história. **Saúde e Sociedade**, v. 10, n. 2, p. 3–14, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/LbJtCSFxbyfqttrsDV9dcJcP/?lang=pt>>. Acesso em: 15 de set de 2020

ARAÚJO, W, M. **Da Alimentação à Gastronomia**. São Paulo: Editora: Universidade de Brasília, 2005.

ANTUNES, C, R, G. **Memória Cultural na construção das identidades e mapas imaginários de práticas culturais étnicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2013.

BADALOTTI, M. C. **Arquitetura e etnicidade: Patrimônios materiais e imateriais na rota turista**. Porto Alegre: UDIPUCRS, 2017.

CONFORTIN, H. **A faina linguística: estudo de comunidades bilíngues italiano-português do Alto Uruguai Gaúcho**. Erechim: EST Edições e URI, 1998.

COSTA, R; COSTELLA, I.; SALAME, P. **Imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições**. Porto Alegre: UCS, 1986.

JOMORI, M. M.; PROENÇA, R. P. DA C.; CALVO, M. C. M. Determinantes de escolha alimentar. **Revista de Nutrição**, v. 21, n. 1, 2008. p. 63–73 <<https://www.scielo.br/j/rn/a/kqXSTmYNgrjFQjCY9HWGPgv/?lang=pt>>. Acesso em 25 ago. 2020.

OLIVEIRA, Lilian Manes et al. **Contribuição italiana na cultura brasileira**. São Paulo: Annablume, 2010.

SANTOS, L. A. ., Food and nutrition education in the context of promoting healthy food practices. **Rev. Nutr.** v.18, n.5, p. 34-48, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rn/a/K8QycNXpRNRs8GxWhFCmDBP/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 21 out. 2021

PUBLICAR OU PERECER: UMA RODA DA FORTUNA

Tatiane Jaskiu da Silva¹
Wilson Rodrigo Diesel Rucinski²

Resumo: Ao vivenciarmos o ambiente universitário, enquanto produtores ativos do saber e do conhecimento científico, fica evidente a pressão que tanto os docentes quanto os discentes sofrem para transformar suas pesquisas em publicações, no plural. Muito mais do que pesquisas profundas e relevantes para a área do conhecimento que o pesquisador atua, é cobrado que publiquem com frequência e em grandes quantidades. A partir dessa problemática, o presente artigo surgiu da angústia de tentar compreender esse cenário, para que desta reflexão surjam possíveis horizontes que provam o surgimento de novos e complexos saberes. Partindo de uma pesquisa teórica, este trabalho buscou conceituar o ato de pesquisar e seus possíveis auditórios para, então, discorrer sobre o tema tendo como cerce o jargão “publicar ou perecer. As (in)conclusões que despontam das discussões apresentadas demonstram um cenário desanimador e denunciam problemáticas que esvaziam a acadêmica da verdadeira pesquisa e materializam-se neste artigo em forma de autocrítica.

Palavras-chave: pesquisa, produzir científico, academia.

1 INTRODUÇÃO

“Nenhuma pessoa razoável duvidará da verdade objetiva ou da probabilidade objetivamente fundamentada das teorias maravilhosas da Matemática e das Ciências naturais. Aqui não há em geral margens para “opiniões”, “pareceres”, “posições particulares”. Se as houver, apesar disto, em casos singulares, é sinal de a ciência ainda não ter chegado a constituir-se, mas encontrar-se ainda em via de constituição e é geralmente considerada como tal” HUSSERL

O conhecimento, antes de tudo, é um processo dinâmico, que se define diariamente em nosso cotidiano. Muito antes de existir um conceito para “conhecimento”, o ser humano já se apropriava dele todos os dias. Sempre que uma nova informação surge nos apropriamos dessa descoberta em prol de novos conhecimentos, sem nos darmos conta disso, sem que isso seja teorizado.

O conhecimento não nasce do vazio e sim das experiências que acumulamos em nossa vida cotidiana, por meio de experiências, dos relacionamentos interpessoais, das leituras de livros e do mundo. Segundo Siqueira (2008, p. 05) o conhecimento pode ser entendido como:

O ato a partir do qual o homem constrói a si mesmo, dando gênese a novas possibilidades de sua realização na medida em que se conhece novos meios para tal, nascendo e renascendo em cada novo conhecimento apropriado e

¹ Graduada em Letras Português/Inglês pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Acadêmica do curso de Direito do Centro Universitário Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU).

² Graduado em Letras Português/Inglês pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Mestre em Estudos de Linguagens pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Doutorando em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

utilizando-os no mundo; alterando e reconstruindo, com isto, suas relações com os outros homens, com as coisas deste mundo, com sua cultura, sua sociedade, sua história.

O conhecimento é capaz de transformar vidas e contribui significativamente para a construção de um mundo melhor. Trata-se de um processamento complexo e subjetivo de toda as informações recebidas por um indivíduo. É a interação com processos mentais lógicos e não lógicos, com experiências anteriores, *insights*, valores, crenças, compromissos, princípios e muitos outros elementos que fazem parte da realidade cultural de um indivíduo.

Nós, seres humanos, somos privilegiados pela capacidade de criar conhecimentos e de transformar a sociedade por meio da aplicação dessas informações. Somos os únicos que desenvolveram um sistema de símbolos - linguagem - com o intuito de registrar e transmitir as experiências, de uma forma que se torne compreensível por todos que dominem esse sistema de comunicação.

O conhecimento leva o homem a apropriar-se da realidade e, ao mesmo tempo a penetrar nela, essa posse confere-nos a vantagem de nos tornar mais aptos para a ação consciente. A realidade é tão complexa que o homem, para apropriar-se dela, teve de aceitar diferentes tipos de conhecimento.

Sendo assim, o conhecimento passou a ser universalmente disseminado, possibilitando a apropriação, a aplicação, a transmissão e o aperfeiçoamento dele. Porém, com o paradigma da modernidade, o cientificismo passou a predominar, se distanciando e diferenciando do senso comum.

Tendo em vista uma das necessidades inerentes ao ser humano, representado pela constante busca por informações e o acelerado crescimento do conhecimento nos últimos anos, o ensino tradicional baseado exclusivamente na transmissão oral de informações tornou-se impraticável.

Desta forma, novas práticas acadêmicas surgem, com o objetivo de formar indivíduos capazes de buscar novos conhecimentos e de saber utilizá-los em prol do desenvolvimento de uma sociedade melhor. Para isto, as atividades – curriculares ou não – devem se voltar para a solução de problemas que satisfaçam as necessidades da sociedade, tornando-se um dos mais importantes instrumentos para a formação de profissionais de que a sociedade necessita.

Para Freire (1996, p.29) o ensino só tem significado quando propicia a descoberta, quando se instiga a curiosidade, sem isso ele não tem sentido

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade

É dentro dessa perspectiva que os alunos de graduação devem ser inseridos em projetos de pesquisa, que se torna um valioso instrumento para aprimorar as qualidades desejadas em um profissional bem-sucedido. Para Perini (1996, p. 31)

As habilidades de raciocínio, de observação, de formulação e testagem de hipóteses – em uma palavra, de independência de pensamento – são um pré-requisito à formação de indivíduos capazes de aprender por si mesmo, criticar o que aprendem e criar conhecimento novo (...) e é nesse setor que nosso sistema educacional se tem mostrado particularmente falho: se há algo que nossos alunos em geral não desenvolvem durante sua vida escolar é exatamente a independência de pensamento.

É nesse contexto de independência dos acadêmicos e estudantes que esses trabalhos pretenderam se aprofundar, buscando demonstrar a necessidade da pesquisa científica dentro das academias, porém de uma forma diferente do sistema denominado *publish or perish*, além de reforçar a necessidade de formação de profissionais engajados com a transmissão de conhecimentos inovadores.

Para tanto, este trabalho foi dividido em 4 capítulos. O primeiro se ocupa em explicar o que é a pesquisa e os procedimentos que devem ser adotados para que o trabalho do acadêmico seja de fato considerado como pesquisa científica. O segundo é dedicado aos envolvidos na pesquisa, quem é ou deveria ser o pesquisador e quem deveria incentivar dentro das academias a pesquisa. O terceiro capítulo busca abordar o risco de cair no *publish or perish*. E por fim, uma breve conclusão e reflexão sobre os principais assuntos abordados nesse *paper*.

2 O QUE É E COMO FUNCIONA A PESQUISA?

Segundo Bagno (2010, p. 17) a palavra *pesquisa* deriva do verbo “*perquiro*”, do latim, que significava “procurar; buscar com cuidado; procurar em toda parte; informar-se; inquirir; perguntar; indagar bem; aprofundar na busca”.

Para o referido autor, a pesquisa faz parte do nosso dia a dia. Ela está presente no desenvolvimento da ciência, no avanço tecnológico, no progresso intelectual dos indivíduos. Para Bagno (2010, p.18) “a pesquisa é, simplesmente, o fundamento de toda e qualquer ciência”. Sem pesquisa, grandes invenções e descobertas não teriam acontecido.

Desta forma, a pesquisa pode ser entendida como um processo de investigação, com o objetivo de obter conhecimento específico, que busca descobrir as relações que envolvem os fatos, fenômenos ou situações sobre determinado tema. Como visto, fazer pesquisa científica é essencial para o desenvolvimento de um país e da ciência.

Antes mesmo de um conteúdo ser aceito pela comunidade científica, ele deve passar por um processo de pesquisa, e para que a pesquisa receba o adjetivo de “científica”, é necessário que ela seja desenvolvida de maneira organizada e sistemática, seguindo um planejamento e previamente organizado.

De acordo com Driescher e Silva (2014, p.170-171) “A principal finalidade da ciência é perceber e entender os fenômenos da natureza. Neste sentido, é considerada instrumento indispensável na busca de respostas que satisfaçam as diversas necessidades da sociedade”.

Para Merton (1979, p.45), o objetivo da ciência é a ampliação dos conhecimentos certificados, reconhecidos. Para que ela alcance essa meta, o autor propôs os “quatro princípios institucionais que estabelecem o *ethos* científico, ou seja, o comportamento padrão que deveria ser adotado pelos cientistas, que são”:

- Universalismo: as origens do saber científico não devem depender de características sociais ou pessoais;
- Comunismo (compartilhamento): a ciência é resultado da colaboração social e, por isso, está destinada à comunidade. Os resultados da pesquisa pertencem a toda a sociedade e não exclusivamente ao cientista;
- Desinteresse (desapego material): a prática da ciência deve orientar-se ao engrandecimento dela própria, e não do próprio pesquisador;
- Ceticismo organizado: existe uma verificação permanente do conhecimento científico, em busca dos erros, incoerências e fragilidades.

De acordo com Driescher e Silva (2014, p. 171) são essas características que levam à ampla divulgação e certificação da ciência, para que consiga atingir o maior

número de leitores e pesquisadores e, por consequência, cumprir com seus objetivos iniciais.

A atividade de registro da ciência é essencial à conservação e preservação dos resultados, observações, teorias etc. Entretanto, de acordo com Droescher e Silva (2014, p. 171) a comunicação desses registros é ainda mais importante, pois, é por meio dela que se possibilita a transmissão desse conhecimento, gerando a apropriação dele e, conseqüentemente, a geração de mais conhecimento.

Neste sentido, Ziman (1981, p. 105) afirmou que ciência é conhecimento público, no qual cada pesquisador “vai construindo sua parte por cima do trabalho realizado pelos nossos predecessores, numa colaboração competitiva com a dos nossos contemporâneos”. Por tanto, o processo científico de construção do conhecimento é uma bricolagem de informações, um processo de contribuição, apropriação, interação e compartilhamento de saberes.

Segundo Droescher e Silva (2014) a comunicação é essencial ao avanço científico, já que é por meio dele que se torna possível a troca de informações e ideias, para a retroalimentação do processo científico.

3 PARA QUE, OU QUEM, FAZ PESQUISA?

Como ressaltado anteriormente, os resultados da pesquisa não podem ficar restritos ao quadro de pesquisadores ou comunidade científica. O objetivo principal da ciência é transformar a sociedade, melhorar a realidade social para a qual se dedica.

A ciência é um processo dinâmico, configura-se como um sistema contínuo de investigação, que conta com a participação ativa dos pesquisadores. Portanto, os pesquisadores são os principais produtores de ciência. Segundo Droescher e Silva (2014) é por meio do registro de suas atividades, pesquisas, cálculos, teorias etc., que surgem novos conhecimentos. Esses registros são submetidos a análises da comunidade científica, a qual poderá aceitar ou rejeitar as novas ideias propostas pelo pesquisador.

De acordo com Droescher e Silva, (2014, p. 173) existe uma grande pressão para a ampla divulgação dos resultados tanto pelos objetivos institucionais de ampliar os limites do saber, quanto pelo estímulo à notoriedade, intimamente ligada à publicidade.

Neste sentido, Hangstrom (1979, p. 87) afirma que “a organização da ciência consiste numa troca de informações por reconhecimento social”. Corroborando esse entendimento, Bourdieu (1983, p. 126) afirma que o campo científico origina diversas formas de interesses:

Considerando que as práticas científicas, além de se importarem com o avanço da ciência, também se voltam para o ganho de autoridade científica (prestígio, reconhecimento, celebridade etc.), comumente conhecido por *interesse*; é possível afirmar que o que move as atividades científicas tem sempre mais de um tipo de intenção, bem como as estratégias utilizadas para garantir a satisfação desse interesse.

Já Le Coadic (1996) aponta dois tipos de motivações presentes nos cientistas. O primeiro é o amor à ciência, representado pela consciência profissional enquanto pesquisador. O segundo se refere aos anseios pessoais, tais como crescimento profissional, a possibilidade de reconhecimento e sucesso. Desta forma, ao escolher o seu objeto de estudo, o pesquisador leva em conta que o que é realmente importante ou o que tem mais chances de ser percebido e aceito pela comunidade científica.

Portanto, o que objetiva os cientistas, de acordo com Droescher e Silva (2014, p. 174) “é buscar aceitação para o que produziram, bem como afirmar a sua própria autoridade no papel de produtor científico”.

Droescher e Silva (2014, p. 175) ressaltam que a importância da reputação do pesquisador junto aos seus pares. É o reconhecimento de seus pares que garante o reconhecimento do cientista. O reconhecimento é a soma do valor distintivo de tudo que produziu e de sua originalidade. Segundo Bordieu (1983, p. 132).

A originalidade é conquistada por aquele que foi o primeiro a realizar ou, ao menos, a tornar conhecida uma determinada descoberta. Já o valor distintivo está relacionado ao conceito de visibilidade, em que “acumular capital é fazer um ‘nome’, um nome próprio, um nome conhecido e reconhecido, marca que distingue imediatamente seu portador, arrancando-o como forma visível do fundo indiferenciado, despercebido, obscuro, no qual se perde o homem comum”.

É nesse contexto de disputa por reconhecimento, que Bordieu (1983) identifica duas classificações principais para os autores no processo de produção e pesquisa científica: os dominantes, que ocupam postos mais elevados na estrutura de distribuição do capital científico; e os novatos ou dominados.

De acordo com Droescher e Silva (2014, p. 175), os dominantes

Utilizam as estratégias de conservação, com o objetivo de preservar a ordem científica com a qual compactuam para, dessa forma, manterem-se em seus postos. Essa estratégia conta com a cooperação das academias e revistas sociais, as quais se empenham, com o auxílio de critérios dominantes, em consagrar produções. Dessa forma, censuram todas as produções que não estão de acordo com seus critérios, rejeitando-as ou simplesmente desencorajando os trabalhos que contrariam as definições por elas impostas.

Em contrapartida, segundo Droescher e Silva (2014, p. 175) os novatos podem adotar estratégias de sucessão ou as estratégias de subversão. Na primeira estratégia o novato pesquisador se aproveita dos lucros prometidos àqueles que tiveram sua carreira interrompida. “Nesse caso, basta que se criem inovações, dentro dos limites autorizados, que possibilitem continuidade a essa linha de pensamento.” Já a segunda estratégia, exige uma completa redefinição do que até então era considerado como dominante.

Desta forma, afirma Bourdieu (1983) que os dominantes são os mais competentes, os que “conseguem impor uma definição de ciência segundo a qual a realização mais perfeita consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles têm, são e fazem”.

Portanto, as publicações científicas são os principais meios pelo qual os cientistas se destacam academicamente. É por meio dessas publicações que os pesquisadores recebem incentivos como bolsas e auxílios financeiros, sendo mais um motivo para criar disputas entre os pesquisadores.

O destaque profissional, pode ser considerado, conforme Droescher e Silva (2014, p. 176), como um dos principais incentivos à publicação científica. Além disso, “o egocentrismo, o incentivo financeiro e o reconhecimento perante a sociedade são fatores que em muito influenciam a produção científica, encorajando o pesquisador a publicar ainda mais”.

De acordo com Petroianu (2002, p. 60) na carreira acadêmica, “a vaidade, representada pelo amor à fama, é um dos fatores que mais impulsionam o processo intelectual”.

Desta forma, segundo Droescher e Silva (2014, p. 176) percebe-se que a autoria de uma pesquisa tem grande importância no ambiente acadêmico, representando muito mais do que a “origem de um trabalho, mais do que a ideia de propriedade, ela confere credibilidade em relação às técnicas e experiências utilizadas”.

Além disso, segundo Antonio (1998, p. 189) o nome do autor garante certo *status* ao trabalho, concedendo-lhe “autenticidade (o discurso é real, verdadeiro), distinção

(o discurso tem valor, é especial, importante) e permanência (o discurso conserva-se, fixa-se para a eternidade)”.

Vale ressaltar, ainda que os detentores do poder, por hierarquia, condição econômica, nível social, situação política, idade ou outra das muitas características da escala social, podem se utilizar dessas desculpas, travestidas de argumentos, para conseguirem a titularidade ou a publicação de seus trabalhos.

É justamente pela falta de credibilidade e de maturidade que os acadêmicos iniciantes na seara da produção científica não conseguem o devido espaço e valorização de sua pesquisa.

Além dos elementos já mencionados, é consenso que os dominados têm uma inclinação ao plágio, principalmente com a popularização de tecnologias de informação e comunicação, como a Internet.

Outro fator que contribui para arruinar a carreira dos jovens escritores é a superprodução. A falta de dinheiro é uma das principais causas da superprodução. É nesse contexto que a expressão americana "*publish or perish*" ganha ainda mais força, criticando esse novo *modus operandi* que se instaurou entre das instituições.

4 PUBLISH OR PERISH

A expressão "*publish or perish*" não tem sua origem bem definida. De acordo com Zunin e Bianchetti (2015), esse termo aparece pela primeira vez no contexto industrial-empresarial, influenciado pelas contribuições teórico-empíricas de Adam Smith, Frederick Taylor e Henry Ford. Uma vez que, nessa época, de acordo com Zunin e Bianchetti (2015, p.730), foram implementadas inovações, no modo de produção capitalista, para que se passasse de uma produção "atrelada às condições físico-mentais dos trabalhadores para uma produtividade cujo ritmo passou a ser determinado por fatores ou meios externos ao trabalhador ou a seu aparato psíquico-orgânico, na direção do "progredir ou perecer". Este período pode ser ilustrado por meio da representação da "esteira rolante" e da "linha de montagem".

É somente nas décadas de 1930 e 1940 que esse *modus operandi* adentra ao mundo acadêmico. Apesar de não ser possível precisar com exatidão, de acordo com Zunin e Bianchetti (2015), prevalece a versão de que a expressão se origina na obra

de Logan Wilson (1942), intitulada *The academic man: a study in the sociology of a profession*.

Para Zunin e Bianchetti (2015, p.731) o sentido dessa expressão passa a ser a "imposição contundente da publicação como forma de sobrevivência e, portanto, de permanência do pesquisador na esfera acadêmica". E é justamente por esse motivo que tantos autores criticam esse "caráter hegemônico que as induções e exigências por produção/produtivismo e performatividade vão assumindo na academia".

Esse novo sistema que impera dentro das instituições, de acordo com Zunin e Bianchetti (2015, p. 731), passa a ser sinônimo de pressão, competição e concorrência imposta sobre os docentes e acadêmicos, principalmente para que escrevam e publiquem ainda mais, sendo este um pré-requisito para que se mantenham ou progridam na carreira. Enfim,

Passa-se a exigir mais produtividade com tanta pressão que, gradativamente, essa ganha o epíteto de "produtivismo", denominação com características negativas de um processo no qual a tendência é a quantidade subsumir a qualidade.

É por conta do critério de contagem dos produtos e não da análise da qualidade das obras que muitos acadêmicos, de acordo com Chaui (2003), estão abandonando a publicação de livros em favor de artigos, uma vez que é muito mais fácil e rápida a produção, publicação, aceitação e leitura de documentos mais curtos.

Para Zunin e Bianchetti (2015, p. 729) um dos grandes exemplos de polarização e dualismo que se materializa

Na expressão "publique ou pereça", transformada em uma espécie de mantra daquilo que acontece no contexto acadêmico em termos de criação e veiculação do conhecimento, seja por parte daqueles que exigem produção, seja daqueles que são pressionados a publicar, seja ainda dos editores das revistas científicas e de outros envolvidos nesse processo, como é o caso dos pareceristas.

Um dos principais críticos que analisam as consequências desse modelo nas universidades é o editor Lindsay Waters (2006, p.10), da *Harvard University Press*: "falo do ponto de vista privilegiado de um editor sem fins lucrativos dentro da academia, que procura apenas cobrir os custos e, ao mesmo tempo, preservar a dignidade do pensamento e dos livros".

Waters (2006) inicia seu livro tecendo severas críticas a esse sistema que afeta a produção científica em todo o mundo. O livro aborda aspectos editoriais, políticos, econômicos, ideológicos e históricos da realidade acadêmica americana.

Muito embora Waters (2006) tome por base suas experiências como editor dentro de uma acadêmica norte-americana, é nítido que esse cenário se reproduz em instituições acadêmicas do mundo inteiro, assim como no Brasil.

Para o autor, urge repensar os aspectos dessa busca desenfreada por publicações, além disso, é necessário frear essa atitude de submissão a esse tipo de prática, aceita por muitos como algo natural. É por isso que clama o editor (2006, p. 25): “O problema é a insistência na produtividade, sem a menor preocupação com a recepção do trabalho. Perdeu-se o equilíbrio entre esses dois elementos – a produção e a recepção. Precisamos restaurar a simetria entre eles”.

Para Waters (2006, p.24-25), a superinflação de obras e publicações encobre pesquisas malfeitas e supostamente interessantes. Para ele, esses aspectos inverificáveis afetam principalmente as ciências das humanidades.

O problema dos artigos ridículos publicados pelos estudos das humanidades foi em parte resultado do grande aumento o número de publicações que se espera que eles próprios (e todos os acadêmicos) perpetrem em papel ou despejem uns sobre os outros, na forma de comunicações em congressos. Esse quadro mostra um mundo todo errado, mas o problema não se limita às humanidades. Estamos experimentando uma crise generalizada das avaliações, que resulta e expectativas não razoáveis sobre quantos textos um estudioso deve publicar. Não estou dizendo que não haja boas publicações – isso está muito longe de ser o caso –, mas o que as boas publicações têm de bom se perde em meio a tantas produções que são apenas competentes e muitas mais que não são nem isso.

Desta forma, percebe-se que critérios de qualidade, inovação, relevância já não são importantes para a escolha do que se deve ou não publicar, o critério qualitativo perdeu espaço para o quantitativo.

Essa cobrança excessiva por publicações pode estar relacionada com critérios internos das instituições - orientadores, colegas de trabalho, metas institucionais - ou como critérios externos - necessidade de financiamento, reconhecimento pessoal etc.

Além de toda essa reflexão, Waters (2006) aborda problemas como as relações de poder entre colegas e as publicações eletrônicas, uma nova saída para a publicação de pesquisas que levem o nome de pesquisa acadêmica.

A questão central do livro é sobre qual a relação entre pensamento, erudição e publicação. Certamente que esse ensaio causou revolta no mundo acadêmico das instituições norte-americanas que a adotam políticas de superprodução na área acadêmica. Waters (2006, p.83) questiona “Por que presumimos – sim, presumimos – que haja uma correlação entre loquacidade e o exercício da inteligência que convém a um professor?”. Ele afirma, ainda, que existem exemplos de pensadores maravilhosos que nunca publicaram nada. A resposta à indagação, para Waters (2006, .84), é que “Ora, no mundo acadêmico, o que temos é uma cacofonia”, com isso, ele tenta explicar que muito se produz, mas sem inovação. Apenas um barulho que torna ainda mais difícil qualquer distinção entre o bom e o que parece bom.

Waters (2006, p.41) tece críticas, ainda, aos professores, que em muitos casos contribuem para deixar esse processo ainda mais penoso

A alfabetização pode ser um bem comum, mas – como tantos outros bens comuns – não tem lugar próprio. E os contribuintes estão muito insatisfeitos com os professores, porque não gostam do que lêem sobre determinados luminares, empregados por universidades importantes, cuja fala obscura e impenetrável mais parece entulho. Melhor jogar todos eles no lixo.

Desta forma, a publicação de obras deixa de ser uma contribuição efetiva ao mundo (fora dos portões da academia) e à ciência e passa a ser, conforme afirma Water (2006, p.41) “o troféu da realização profissional – como um distintivo de escoteiro usado sobre o uniforme – quando a própria individualidade de sua produção e recepção não estão mais no centro das atenções”.

Segundo afirma Waters (2006, p.85), as revistas eletrônicas servem para agravar ainda mais esse problema

Nas ideias malucas de alguns sonhadores, o novo mundo das publicações eletrônicas realmente será um progresso em relação aos livros. Pensar assim é deixar de entender que a publicação eletrônica apenas vai piorar a situação. Além disso, vai piorar a ponto de privar de vida os princípios por trás da cultura do livro. É melhor darmos um basta a este discurso tolo e manter a pressão sobre os bibliotecários, e sobre nós mesmos, para valorizarmos mais o livro.

Apesar de seu tom crítico, o editor leva seus leitores a repensarem e reconduzirem suas ações. Que muito embora não tenhamos como mudar esse cenário, que se continue publicando, mas com um mínimo de senso crítico.

5 CONCLUSÃO

Todas as reflexões apontadas nos capítulos anteriores fazem nós, docentes, refletirmos qual é o nosso papel nesse cenário: como, enquanto indivíduos, nós (re)construímos esse contexto em que a quantidade de publicações é maior do que a qualidade (e profundidade) das pesquisas apresentadas.

É importante ressaltar que os próprios pesquisadores que alimentam esse sistema, também são vítimas dele. Presos nessa roda de *samsara*, os mestres e doutores, ou aceitam esse (re)ciclo de publicações rasas e redundantes, ou são obrigados a rejeitarem sua profissão. Essa areia movediça tem suas origens na própria valoração que os discursos presentes em nossa sociedade sobre a profissão do pesquisador e do professor mostram.

Pinto (2017, p.77) afirma que “se a sociedade é o verdadeiro educador do educador, sua ação se exerce sempre concretamente”. Dessa forma, podemos dizer que essa cultura de publicação descontrolada é um reflexo do que a sociedade espera que a pesquisa e a ciência devam ser: algo que apresente resultados constantemente, independente do percurso do saber, do produzir e da profundidade dos resultados. Políticas que sucateiam a educação, que tentam espelhar na academia uma produtividade industrial e até os discursos anti-ciência podem ser apontados como fatores que potencializam esse fenômeno.

Assim, com esta breve reflexão, fica claro que não é possível e saudável que as instituições acadêmicas continuem operando dessa forma. É necessário repensar e reavaliar todo o sistema, para que os profissionais não se tornem meros reprodutores de conhecimento e que contribuam de forma efetiva e significativa para a melhoria da sociedade.

Existe um questionamento que trago comigo desde minha primeira graduação e depois de analisar os autores e estudar sobre o tema, essa dúvida me fez questionar ainda mais o nosso papel enquanto acadêmicos, enquanto responsáveis pela produção de conhecimentos. Estamos de fato cumprindo o papel de inovadores ou só estamos reproduzindo conhecimentos?

Muito embora esse questionamento seja frequente em diversos autores, fato conhecido com *publish or perish*, pouco ou nada se faz para mudar esse cenário. É

evidente que as academias não conseguirão manter um padrão de qualidade se o sistema não for alterado.

Não adianta continuarmos com essa "sede" de publicações se elas nada acrescentam à sociedade. E é por esse motivo, que me perguntei durante a produção desse *paper* se deveria mesmo publicá-lo, se ele não seria apenas mais um que ficará engavetado depois de sua publicação, se sua produção é de veras relevante e inovadora para o mundo acadêmico.

Desta forma, a indagação continua: como mudar esse cenário de publicações desnecessárias? Como transformar as academias em centros preocupados com o conhecimento inovador? Como romper com esse círculo vicioso e ainda assim produzir conhecimento inovador e transformar isso em benefícios para nossa sociedade?

REFERÊNCIAS

ANTONIO, I. **Autoria e cultura na pós-modernidade**. Ciência da Informação, Brasília, v. 27, n. 2, p. 189-192, maio/ago. 1998.

BAGNO, Marcos. **Pesquisa na escola: o que é, como se faz**. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

BOURDIEU, P. **O campo científico**. In: ORTIZ, R. (Org.). Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática. 1983. p.122-155.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003.

DROESCHER, Fernanda Dias; SILVA, Edna Lucia da. **O pesquisador e a produção científica**. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 19, n.1, p.10 – 189, jan./mar. 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à prática educativa**. 41ª reimpressão. São Paulo: Paes e Terra, 1996.

HAGSTROM, W. O. **O controle social dos cientistas**. In: DEUS, J. D. (Org.). A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

LE COADIC, Y.-F. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

MERTON, R. K. **Os imperativos institucionais da ciência**. In: DEUS, J. D. (Org.). A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 37-52.

PERINI, Mario. **Gramática descritiva do Português**. São Paulo, Ática, 1996.

PETROIANU, A. **Autoria de um trabalho científico**. Revista da Associação Médica Brasileira, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 60-65, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ramb/v48n1/a31v48n1.pdf>> Acesso em: 21/06/2017

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. Edição: 2013 ed. [S.l.]: Cortez, 2017.

SIQUEIRA, Fabio. et al. **Como elaborar projeto de pesquisa: linguagem e método**. Ed. FGV, 2008. Disponível em: <http://www.uff.br/sqa/monografia/MATERIAL_U_ECO.pdf> Pesquisado em 02/07/2017.

ZIMAN, J. **A força do conhecimento: a dimensão científica da sociedade**. São Paulo: USP, 1981.

ZUIN, Antônio A. S.; BIANCHETTI, Lucídio. **O produtivismo na era do "publique, apareça ou pereça": um equilíbrio difícil e necessário**. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 45, n. 158, p. 726-750, dez. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742015000400726&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 jul. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/198053143294>.

WATERS, Lindsay. **Inimigos da esperança: publicar, perecer e o eclipse da erudição**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.



RELIGIÃO E CAPITALISMO NA MODERNIDADE SEGUNDO MAX WEBER

ROBSON STIGAR¹
Felipe Bueno Amaral²

Resumo: Este artigo apresenta de forma clara e objetiva uma abordagem sociológica sobre o pensamento de Max Weber sobre a Religião, analisando de forma crítica o Espírito Capitalista presente na Ética Protestante. Para Weber há elementos básicos que identificam o desenvolvimento econômico mundial, dentre eles a Religião, que possui a Ética e o Capitalismo como uma relação dialética. A partir das relações entre o protestantismo e o capitalismo, Weber amplia o problema de uma sociologia comparada das religiões, em uma história comparada do capitalismo. A *Ética econômica das religiões mundiais* e a *Ética protestante e o espírito do capitalismo* formam um conjunto coerente que fornecem a chave do desenvolvimento específico da cultura ocidental. Weber promove uma análise das ações dos fatores políticos e sociais, bem como dos fatores religiosos, tendo estes um lugar privilegiado nos dispositivos teóricos de seu projeto de uma sociologia histórica e comparativa que serão apresentados no decorrer deste artigo.

Palavras Chave: Alienação, Capitalismo, Ética, Religião.

Abstract: This article presents a clear and objective sociological approach to Max Weber's thought on Religion, critically analyzing the Capitalist Spirit present in Protestant Ethics. For Weber, there are basic elements that identify world economic development, including Religion, which has Ethics and Capitalism as a dialectical relationship. From the relationship between Protestantism and capitalism, Weber expands the problem of a comparative sociology of religions into a comparative history of capitalism. The economic ethic of world religions and the protestant ethic and spirit of capitalism form a coherent whole that provide the key to the specific development of western culture. Weber promotes an analysis of the actions of political and social factors, as well as religious factors, which have a privileged place in the theoretical devices of his project of a historical and comparative sociology that will be presented throughout this article.

Keywords: Alienation, Capitalism, Ethics, Religion.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo desenvolve uma abordagem sobre o conceito de Religião e Capitalismo para Max Weber e a relação do espírito capitalista na ética protestante. Para Max Weber, existem algumas características que devem ser destacadas que diferenciam o desenvolvimento econômico mundial, sendo as que mais se destacam é a Religião, mais propriamente a relação entre a ética protestante e o espírito do capitalismo. Weber explica o capitalismo por meio de uma série de questões que vão

¹ DOUTOR EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO PELA PUCSP - E-MAIL: ROBSONSTIGAR@HOTMAIL.COM

² Doutor em Sociologia pela UFPR – E-mail: amaralfelipeb@gmail.com

além das relações econômicas, onde fatores culturais são cruciais para se pensar a realidade.

O início do século XXI apresenta-se com a presença de novas formas de religiosidade, que destacam o Transcendente, mas que negam as instituições, ou seja, vivemos um processo de um declínio institucional, denominado de Secularização da Religião e a crescente onda de Religiosidade Laica. O ocidente vem enfrentando um declínio nas atitudes e comportamentos estritamente religiosos, resultando, assim, num desencantamento da religião perante a modernidade.

Max Weber contribuiu para este processo de secularização da sociedade ao destacar em sua obra *A Ética protestante e o Espírito do Capitalismo* a contribuição e influência que a religião exerce na vida do ser humano, no próprio modo de organização social das sociedades, bem como os seus desdobramentos e consequências para a vida civil e para a Religião propriamente neste processo de dialetização da Religião e Sociedade.

Max Weber apresenta o processo de racionalização da sociedade moderna que proporcionou um desencantamento do mundo e a questão da riqueza como o maior motivador da secularização presente na Modernidade, sendo a secularização algo do interesse da burguesia e não da Igreja. Destaca que o aparato institucional da Igreja era contrário ao enriquecimento, tendo isso como uma usura. Desta forma, no olhar institucional, seria desnecessário separar a Igreja do Estado.

1.1 RELIGIÃO E ALIENAÇÃO

Max Weber (1864-1920) nos fornece um novo olhar para superar a oposição entre a ilusão da autonomia do discurso mítico ou religioso e a teoria que torna este discurso o reflexo direto da estrutura social constituída. Para Max Weber a Religião pode ser mais uma forma de alienação, pois por meio dela a sociedade não desenvolve seu caráter histórico de construção.

Para Weber a religião é um produto puramente humano, porque o ser humano uma vez, não conseguindo satisfazer todas as suas necessidades, ou seja, ver-se livre da necessidade, vai postular e formular um “um ser ilusório”, que é fruto de sua imaginação, que é a projeção dele mesmo como queria ser, ou seja, sem necessidade, livre de necessidade. É assim nasce à alienação religiosa, que é este abandonar a

Deus a efetivação de seus próprios valores, encarregando-o de uma missão que cabe a pessoa humana realizar. Se ao amor de Deus substitui o amor da humanidade e se efetiva, e termina com a alienação.

No entender de Max Weber, a religião, na medida em que produz a perda da consciência de que o mundo humano é um mundo socialmente criado e mantido pelo ser humano, constitui-se ele um ser de falsa consciência, submetendo-se ao processo de alienação. É possível que ao reconhecer a Religião como produto humano não permitiria que fosse legitimada e aceita pelas gerações futuras (STIGAR, 2015: 169).

Na perspectiva da sociologia weberiana, a religião, ao exercer diferentes poderes sobre os indivíduos, acaba por influenciar, em vários sentidos, a vida e ações dos mesmos, uma vez que gera intensos laços, vínculos e formas de estar no mundo. O mundo ocidental, na perspectiva weberiana, é entendido enquanto berço de uma racionalização, de valores que se tornaram universais e do local em que um “ethos” religioso encontrou condições, materiais e ideológicas, favoráveis e essenciais para o surgimento do capitalismo.

A compreensão do desenvolvimento da sociedade capitalista passa pelo aprofundamento e entendimento da celebre obra de Weber. É com a ética protestante e o espírito do capitalismo que aparece pela primeira vez um nexo entre desenvolvimento econômico e religião. O fato histórico decisivo nesse longo processo foi o surgimento da sociedade burguesa (STIGAR, 2015: 170).

Em efeito, Weber inscreve sua sociologia das religiões no âmbito de uma sociologia da dominação. Ele observa de modo particular, os modos do exercício do poder religioso. Neste cenário insurge a Reforma, movimento que pressuposto na fé e na graça questionou a hegemonia espiritual do cristianismo romano. Dentre as várias consequências deste processo é importante salientar a abertura “para o pluralismo religioso, depois para o ceticismo e, por fim, a um completo rompimento na visão de mundo cristã” (TARNAS. 2000: 262).

Taylor (2010) cita a Reforma Protestante e o processo de desencantamento do mundo descrito por Max Weber (2004) como os principais impulsionadores da secularização moderna, além disso, o surgimento de uma sociedade disciplinar permitiu que não houvesse mais necessidade de Deus para manter a ordem social, pois, o homem é um ser racional capaz de manter a ordem do mundo por si mesmo.

Dois conceitos são importantes para entender a abordagem weberiana da religião: “agrupamento hierocrático” e “bens de redenção”. Por agrupamento hierocrático ele entende um grupo no interior do qual se exerce um modo particular de dominação sobre os homens.

Max Weber conseguiu captar em sua essência a motivação do espírito protestante e apresentou esse modo de vida com precisão ao expor seu nexos com o acúmulo de bens e no zelo pelo trabalho. Seu principal interesse diz respeito ao processo histórico fundamental por ele chamado de desencantamento do mundo. Nesse mundo desencantado, o ser humano necessita zelar das coisas materiais sem usá-las para seu benefício, mas para louvar a Deus tendo sucesso financeiro e profissional.

Segundo Stigar (2015) no entendimento Weberiano se faz necessário quebrar o feitiço e o poder que o feitiço produz sobre as pessoas e sua consciência, que foram sendo estabelecidas culturalmente e socialmente pelas forças ocultas do sistema capitalismo, que foram por sua vez infiltradas nas instituições religiosas, promovendo esta coesão social.

Max Weber (2004) sempre incluiu a relação classe social versus tipo de religião em suas reflexões, como afinidades eletivas tais como: A magia como característica do campesinato; Entre as classes médias citadinas e as profecias éticas; Entre a burguesia e o proletariado e a indiferença religiosa (STIGAR, 2015: 170).

Segundo Max Weber a emancipação do tradicionalismo econômico aparece indubitavelmente como um fator de apoio à tendência de duvidar da santidade da tradição religiosa, e de todas as autoridades tradicionais, ou seja, isto significa que o controle tênue da Igreja Católica foi substituído pelo controle rígido do puritanismo (STIGAR, 2015: 172).

O esforço do ser humano contemporâneo em agradar a Deus e se realizar agora depende somente dele, porque o mundo não tem e um sentido prévio. A origem do ascetismo remete aos movimentos reformadores do século XVI. O capitalismo moderno é o resultado do asceticismo racional e da vida laboral disciplinada.

Segundo Max Weber, nenhum desses movimentos teve desdobramentos independentes, todos estiveram intimamente interligados.

[...] os representantes históricos do protestantismo ascético são, precisamente, os quatro seguintes: (1) o Calvinismo na forma que assumiu na principal área de influência na Europa Ocidental, especialmente no século XVII; (2) o

Pietismo; (3) o Metodismo; (4) as seitas que se derivaram do movimento Batista (WEBER, 2005: 53).

Assim sendo, o modelo de conhecimento puro moderno limita-se a observar os fenômenos demonstráveis. “Sobretudo, ele não pode esperar encontrar esse sentido na ciência” porque ela está presa à contingência e ao seu método, pode apenas contribuir com o esclarecimento, uma vez que se encontra amarrada ao empirismo. Portanto, jamais emitirá juízo de valor ou conferirá sentido para a existência, seu papel é levar ao esclarecimento da relação entre as coisas (STIGAR, 2015: 171).

Desta forma, o intelecto humano é responsável pela busca em agradar a Deus na labuta. Isso aniquila praticamente a concepção de usura que travou o desenvolvimento da sociedade medieval, porque o lucro agora é entendido como uma forma de louvar a Deus equivale a ser agraciado, abençoado, ter sucesso, Deus o escolheu.

No entender de Max Weber existia uma relação direta entre o espírito capitalista e a religião, pois naquele tempo, as forças religiosas, expressas através desses canais, tiveram uma influência decisiva na formação do ser humano e da sociedade. Desta forma, Max Weber promove uma articulação entre filiação religiosa e estratificação social, demonstrando como os grupos e as classes se apoderam destes sistemas de pensamento em afinidade com sua situação de vida, com o que almejam e projetam em termos de seus interesses ideais e materiais, articulando as esferas políticas, econômicas e sociais.

1.2 RELIGIÃO E CAPITALISMO

Max Weber é de suma importância nas discussões envolvendo a religião e o papel da economia na organização da sociedade, uma vez que investiga a fundo a relação entre a ascensão religiosa e o surgimento do capitalismo ocidental. O capitalismo analisado por Weber está diretamente vinculado à vida prática, compreendendo a religião, desta forma, como um modo de agir comunitário, que impõe diferentes sistemas de regulação da vida que influenciam na esfera econômica (HÉRVIEU-LÉGER; WILLAIME, 2009).

Para Max Weber (2004) existem algumas características que devem ser destacadas que diferenciam o desenvolvimento econômico mundial, sendo as que

mais se destacam é a Religião, mais propriamente a relação entre a ética protestante e o espírito do capitalismo. Weber (2004) faz um estudo aprofundado acerca do espírito do capitalismo através da ética protestante, ou seja, verifica em que medida a religião possibilitou e influenciou o surgimento e consolidação do sistema capitalista ocidental através de um “ethos” – entendido como mentalidade, costumes, traços comportamentais. O ‘ethos’ é definido como “um sistema de disposições que imprimem uma orientação determinada à ação que a estruturam em uma verdadeira conduta de vida” (HÉRVIEU-LÉGER; WILLAIME, 2009, p. 111).

Um dos fatores fundamentais para o desenvolvimento de algumas sociedades protestantes fora a ligação direta com a noção de que Deus abençoa aqueles que se empenham em trabalhar para agradar a vontade divina. Assim, uma vez que o mundo é desencantado e não possui mais nenhuma determinação previa, ao indivíduo cabe ao menos fazer a sua parte e da melhor maneira possível. Esta forma econômica capitalista consiste na união entre o desejo pelo lucro e uma disciplina rigorosa (ascetismo), que é oriunda do “ethos” puritano de inspiração calvinista.

Desta forma, se os indivíduos forem livres a possibilidade de se realizar tal constatação é maior ainda. Desta forma entendemos ser importante averiguar com mais profundidade os argumentos apresentados por Weber acerca do pujante desenvolvimento do capitalismo nas sociedades protestantes e sua relação com a expansão e suas motivações.

O trabalho é o modo mais perfeito de ascetismo e de purificação. É levada a risca a máxima paulina de que “quem não trabalha não deve comer”; por outro lado o ascetismo sexual fora direcionado para o matrimônio, “isso porque as relações sexuais são permitidas, mesmo dentro do casamento, como meio desejado por Deus para aumento da sua glória, de acordo com o mandamento Crescei e multiplicai-vos” (WEBER, 2005: 87).

Segundo Max Weber a ideia de acesse assume fator determinante na medida em que “o tempo é dinheiro, o crédito gera consumo e renda maior e o dinheiro gera cada vez mais dinheiro”. Dentro desta dinâmica, lembrar constantemente ao indivíduo que ele precisa trabalhar e se esforçar para agradar a Deus o impele a consumir e ter uma produtividade e lucro cada vez maior, contraditando os princípios e ideais estabelecidos pelo sistema Capitalista.

Assim sendo, se antes não existia um controle rígido sobre a forma de louvar a Deus, visto que a moral católica se despreendeu da realidade da vida cotidiana, incorporação dos preceitos do protestantismo representou um fator de coesão social grande, sem diluir o indivíduo, dando-lhe as benesses de sua ascese.

O valor fundamental é o labor secular incessante, pois “o que era ainda mais importante: a avaliação religiosa do infatigável, constante e sistemático labor vocacional secular, como o mais alto instrumento de acese, e, ao mesmo tempo, o mais seguro meio de redenção da fé e do homem, deve ter sido possivelmente a mais poderosa alavanca da expansão dessa concepção de vida que aqui apontamos como espírito do capitalismo” (WEBER, 2005: 94)

A intenção principal era agradar a Deus por intermédio do trabalho e evitar o ócio. A resposta a convergência de desenvolvimento das cidades convertidas no âmbito econômico e religioso possui inúmeras variantes e particularidades.

Desta forma o conceito de trabalho nunca esteve tão próximo como agora da rígida relação com Deus, o zelo pelo trabalho era entendido como uma condição essencial para o sucesso e a graça somente se oferece aos que empenham em trabalhar para louvar ao senhor. Prescreve-se assim, uma dedicação a Vocação, ou seja, “trabalha energicamente em tua Vocação” (WEBER, 2005: 85).

Entretanto essa postura adota por Weber acerca do desencantamento do mundo e do desenvolvimento do capitalismo nas sociedades protestantes, esbarra no conceito de secularização adotado originalmente pelo autor e se distancia da multiplicidade de sentidos adotada na realidade brasileira. Assim, “Max Weber pesquisou com maestria as funções que competem à religião ou à concepção de vida do protestantismo nesse processo” (HELFERICH, 2006: 399).

Desdobrando-se em um exímio zelo pelas finanças, o modo de vida protestante se consagrou devido ao constante esforço em agradar a Deus mediante os frutos do trabalho. Em outras palavras, “como permanente autocontrole do devoto na recusa ao gozo mundano, a religião protestante é um dos pressupostos mais importantes da conduta racional e capitalista em relação a economia” (HELFERICH, 2006: 399).

Para Weber, uma consequência crucial do desencantado é que o mundo não tem mais sentido prévio. No mundo imaginário e no comportamento de um devoto islâmico ou cristão, por exemplo, isso se passava de outra forma. Hoje

é o individuo que tem de dar esse sentido ao mundo, à vida, à sociedade ou à morte, partindo de si mesmo e responsabilizando-se ele próprio. (HELPERICH, 2006: 399)

Segundo Pierucci (1998) essa expressão refere-se à progressiva racionalização e cientificação de todas as esferas do trabalho, da natureza, do conhecimento e da vida em geral. Sua originalidade se mostra, sobretudo, no entendimento das razões fundamentais que aparecem para que o capitalismo triunfe com maior rapidez e profundidade nas sociedades protestantes. Procura-se, desta forma, uma aproximação do sentido adotado por Weber em sua obra fundamental.

Saber do que se fala sempre ajuda. " O subtítulo deste ensaio remete a uma polissemia. No caso da secularização, a não explicitação da sutil multiplicidade de sentidos que acompanha o uso do termo desde suas origens tem atrapalhado seriamente a discussão do tema e desviado a atenção para aspectos não fundamentais da coisa. Evocar, portanto, a bem-humorada frase de Habermas faz evocar, junto, o tema de sua conferência e termina por se ajustar feito luva ao próprio conteúdo deste ensaio. Uma vez que a discussão do conceito weberiano de secularização necessariamente invade o terreno da conceituação de legitimidade, do tratamento teórico dos problemas de legitimação da autoridade, problemas que todos sabemos recorrentes, permanentes, no Estado moderno (PIERUCCI, 1998: 37).

A preponderância de protestantes seria justamente pela proximidade da superação do conceito de ganho abusivo, direcionando-se para a obrigação de agradar a Deus no trabalho. Isto teria contribuído de modo substancial no avanço e no zelo pelas coisas materiais (STIGAR, 2015: 172).

Sendo percebida a vanguarda dos seguidores do protestantismo em detrimento dos católicos. O índice de filiação ao protestantismo seria resultado, portanto da verificação e da percepção de pujança dos novos adeptos, que vista pelos outros fora motivo substancial de conversão.

[...] o mesmo ocorre com a estatística de filiação religiosa de qualquer parte em que o capitalismo, na época da sua grande expansão, teve a possibilidade de alterar a distribuição social de acordo com as suas necessidades e determinar a sua estrutura social (WEBER, 2005: 19).

Nesta dimensão, no entender de Weber se os indivíduos forem livres a possibilidade de se realizar tal constatação é maior ainda. Embora conferir toda carga de desenvolvimento e triunfo do protestantismo ao caráter de ligação intrínseca com a religião enquanto mola propulsora seria demasiado desconhecimento das razões históricas que contribuíram substancialmente para tal supremacia do protestantismo:

[...] é verdade que a maior participação relativa dos protestantes na posse do capital, na direção e nos altos escalões no operariado das grandes e modernas empresas comerciais e industriais, pode ser em parte explicada por fatores históricos, que remontam a um passado longínquo, e no qual a filiação religiosa não é uma causa das condições econômicas, mas, de certo modo, aparece como resultado delas (WEBER, 2005: 19).

Porque existe também a necessidade de condições prévias, tanto de educação como de posses materiais. No entanto, no que tange ao espírito do capitalismo o protestantismo potencializou e desenvolveu substancialmente a noção de sucesso pessoal, por um lado, e por outro, a de individualidade modeladora do mundo. Assim sendo Max Weber apresenta que:

[...] a análise da estatística ocupacional de um país de composição religiosa mista traz a luz com notável freqüência, um fenômeno que já tem provocado repetidas discussões na imprensa e literatura católicas e em congressos católicos na Alemanha, isto é, o fato de os líderes comerciais e detentores do capital, assim como da mão de obra altamente qualificada, sobretudo do pessoal técnico e comercialmente especializado das modernas empresas, serem preponderantemente protestantes (WEBER, 2005: 19).

Segundo Weber (2004) se antes era feita uma rígida tortura psicológica e os pecados da carne eram nefastos, agora o homem deveria se ocupar do trabalho para se purificar das formigações. Em suma no lugar dos banhos frios e da dieta vegetariana, proposta pelo monarquismo, simplesmente trabalha. Portanto, a falta de vontade de trabalhar é sintoma da ausência de estado da Graça.

Neste sentido, no plano das sociedades mais desenvolvidas culturalmente e socialmente, estas funções latentes tornaram-se mais pluralistas nas suas dimensões culturais e religiosas, dado que a religião em si vindo a perder o seu domínio sobre as atitudes morais conservadoras enraizadas no cotidiano.

Por outro lado, as ciências naturais desenvolveram-se e encontraram respostas científicas para a ordem natural, excluindo alguns dos pensamentos religiosos; e, por outro lado, os governos regulam as suas decisões por diferentes pontos de vista e não apenas o religioso, mas principalmente sob o ponto de vista técnico.

Desta forma, segundo a interpretação sociológica weberiana, o surgimento do capitalismo está associado a um contexto único, no qual um 'ethos' religioso, de cunho moralista, se depara com condições objetivas de expansão e acumulação de capital. A análise das ações dos indivíduos, dos meios e fins toma grandes proporções na obra weberiana, evidenciando, assim, uma racionalidade vinculada ao cálculo que se aplica em diferentes esferas da vida cotidiana.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo pretende apresentar de forma breve o pensamento de Max Weber sobre a Religião e seus impactos nas pessoas e sociedade. Max Weber fornece alguns apontamentos sobre a oposição entre a ilusão da autonomia do discurso religioso e a teoria que torna este discurso, o reflexo direto da estrutura social. Weber procurou construir um esquema interpretativo fundamentado na neutralidade axiológica, ou seja, buscou construir uma ciência social sem pressupostos. Preocupado com o problema da ação, desenvolveu o conceito de ação social significativa.

Max Weber apresenta a questão da riqueza como o grande motivador do processo de secularização da Modernidade, já que o aparato institucional no qual a Igreja promovia era violentamente contrário ao enriquecimento e tinha isso como usura, sendo assim desnecessários separar a igreja do Estado, pois isto interessava a burguesia. Também aborda a temática da secularização quando se refere em suas obras ao grande processo de racionalização da sociedade moderna que proporcionou um desencantamento do mundo.

O caso do desencantamento do mundo weberiano, resultado de intensos processos de racionalização, são vivenciados com maior intensidade no ocidente. No entanto, a religião está longe de ser colocado apenas na esfera privada e/ou familiar dos indivíduos, conta ainda com a expressiva participação e influência no espaço público, ou seja, a religião é pública e não apenas íntima.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. O que é Religião. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BERGER, Peter. O Dossel Sagrado. São Paulo: Paulinas, 1985.

FEUERBACH, L. A Essência da Religião. Campinas: Papyrus, 1989.

FEUERBACH, L A Essência do Cristianismo. Campinas: Papyrus, 1988.

HELFERICH, C. História da Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HÉRVIEU-LÉGER, D.; WILLAIME, J.-P. Sociologia e Religião: abordagens clássicas. Aparecida: Ideias & Letras, 2009.

LALLEMENT, M. História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber. Petrópolis, Editora Vozes, 2008.

MARX, K. As Onze Teses sobre Feuerbach. São Paulo: Os pensadores, 1979.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Secularização em Max Weber. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, V 13, São Paulo: EDUSP, jun 1998.

STIGAR, Robson. A Concepção de Religião para Max Weber: Um Olhar a partir da Ciência da Religião. In: Revista Kerygma, Engenheiro Coelho, SP: Volume 11, Número 2, p. 167-174, 2015.

STIGAR, Robson. A Concepção de Religião no Estado Laico Contemporâneo: entre o foro íntimo e privado. In: Revista Meditatio – Ano 5 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná. Maio de 2018.

TARNAS, Richard. Epopeia do Pensamento Ocidental: para compreender as ideias que moldaram nossa visão de mundo. Trad. Beatriz Sidou. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

TAYLOR, C. Uma era Secular. São Leopoldo: UNISINOS, 2010.

WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. Economia e Sociedade. Brasília: UNB, 2005.

WEBER, Max. The Sociology of Religion. London: Methuen, 1922.